



Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

2ª Edição



Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES

Presidência da República

Vice-Presidência da República

Secretaria de Assuntos Estratégicos

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Assuntos Estratégicos
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

AGENDA PARA O NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

2ª Edição

Brasília, dezembro de 2011

Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES

Secretária

Esther Bemerguy de Albuquerque

Diretoria de Gestão

Diretor

Ronaldo Kufner

Gerente de Projeto

Raquel de Albuquerque Ramos

Gerente de Projeto

Daniele Cristina de Souza

Gerente de Projeto

Eduardo de Almeida

Gerente de Projeto

Hilta Figueiredo de Moraes

Assessora Técnica

Valéria Amorim Barcelos

Diretoria de Políticas de Desenvolvimento

Diretor

Adroaldo Quintela Santos

Assessora Técnica

Patrícia da Silva Pego

Secretária Adjunta

Ângela Cotta Ferreira Gomes

Diretoria de Tecnologia de Diálogo Social

Diretora

Ana Lúcia de Lima Starling

Gerente de Projeto

Maria França e Leite Velloso

Gerente de Projeto

Rosa Maria Nader

Diretoria Internacional

Diretora

Maria Luiza Falcão Silva

Especialista

Cristina Ribeiro Fernandes Quadra

Especialista em Políticas Públicas

Ana Paula Cunha Machado

Gustavo Henrique Cocentino Ramos

Anexo I – Ala “B”, sala: 202 – (61) 3411.2199 / 3393

Brasília – DF – CEP: 70.150-900

cdes@presidencia.gov.br www.cdes.gov.br

Disponível em: CD-ROM

Disponível também em: <<http://www.cdes.gov.br>>

Tiragem: 1.000 exemplares

Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823a Brasil. Presidência da República. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Agenda para novo ciclo de desenvolvimento. 2. ed. Brasília: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 2011.

54 p.

1. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - Acordo - Brasil. 2. Ciclo de Desenvolvimento - Brasil. 3. Desenvolvimento econômico e social - Brasil I. Título.

Índice

Prefácio	07
Composição do CDES (2009/2011)	13
Estratégias do Novo Ciclo de Desenvolvimento	17
Uma nova conjuntura	18
O ciclo de desenvolvimento em curso	19
Riscos e oportunidades do contexto internacional	22
Desafios e Eixos Propositivos para o Novo Ciclo de Desenvolvimento	25
1. Os novos horizontes da educação	26
2. Desafios do Estado democrático e indutor do desenvolvimento	28
Aprofundar a democracia	29
Valorizar a diversidade do território brasileiro	30
Aperfeiçoar a gestão pública	31
Macroeconomia para o desenvolvimento e a consolidação do modelo fiscal	32
3. A transição para a economia do conhecimento	33
4. Trabalho decente e inclusão produtiva	35
5. Padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento	37
6. O potencial da agricultura	39
7. O papel das infraestruturas: transportes, energia, comunicação, água e saneamento	41
8. Sustentabilidade	44
9. Consolidação e ampliação das políticas sociais	46
Apêncides	
1. Apresentação da ANC na 34ª Reunião Plenária do CDES	51
2. ANC: uma perspectiva da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento	59



Prefácio

A Agenda para um Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC), encaminhada ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à sociedade em junho de 2010, representa um marco tanto no processo quanto no conteúdo dos trabalhos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

A ANC é, por um lado, produto de um fórum de diálogo que se constituiu e se fortaleceu nos últimos oito anos. Espelha, portanto, um processo exitoso de aprendizagem para a igualdade política, o debate de idéias e a pactuação. No Conselho homens e mulheres, cidadãos brasileiros representativos senão de toda a diversidade socioeconômica, de parte muito significativa, consolidaram um espaço inédito de manifestação e escuta, de respeito e tolerância, de explicitação de divergências e busca de entendimento.

Inserida entre os trabalhos que sistematizam grandes linhas e estratégias acordadas por conselheiros e conselheiras o conteúdo da ANC, por sua vez, expressa a realidade nova de um país que encontrou seu rumo de desenvolvimento, em que pese os grandes desafios a serem enfrentados.

Esta Agenda culmina o esforço de observação e análise de mudanças nos indicadores sociais e econômicos brasileiros e no contexto internacional. Em um movimento semelhante, o CDES sistematizou em

2004 a Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND)¹ na qual propôs um futuro a ser construído a partir de ações acordadas entre governos e diferentes segmentos sociais; e os principais desafios a serem superados.

A AND norteou o acompanhamento de políticas públicas e as contribuições do Conselho, colocando em foco os objetivos da promoção da equidade, do fortalecimento do mercado de trabalho, do incremento do mercado interno, da garantia de financiamento do investimento, da qualificação do Estado e da sustentabilidade ambiental.

No final de 2006, o CDES apresentou os Enunciados Estratégicos² por meio dos quais aponta condições macroeconômicas, de organização do setor público e de capacidades do setor privado que permitiam aceleração dos processos de crescimento econômico e de distribuição das riquezas, como imperativo para o crescimento sustentado. Metas para construção de infraestrutura econômica e social, ampliação do crédito, valorização do salário mínimo, entre outras, demonstravam que a vontade coletiva acerca do desenvolvimento ganhava corpo e concretude.

¹ Agenda Nacional de Desenvolvimento, CDES: <http://www.cdes.gov.br/conteudo/15069/documentos-de-orientacao-estrategica.html>.

² Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento, CDES: <http://www.cdes.gov.br/evento/621/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-19.html>.



Na sua 27ª Reunião Plenária³, em agosto de 2008, o CDES abre espaço para um conjunto mais amplo de lideranças sociais e institucionais para um grande debate sobre os investimentos em curso no Brasil e os projetados; os impactos econômicos e as mudanças estruturais decorrentes da conquista da auto-suficiência e das descobertas de petróleo; e sobre a nova configuração da distribuição de renda no País.

Foi consenso que a retomada do desenvolvimento com inclusão social e o uso correto das suas potencialidades estavam colocando o Brasil a caminho das maiores economias do mundo.

Atento ao contexto internacional, já em março de 2008, ante os sinais de dificuldades vivenciados pelo mercado imobiliário nos EUA, a crise do *subprime*, o CDES, buscando entender a intensidade do problema e sua possível repercussão sobre a economia brasileira se mobilizou para buscar a melhor forma de atuação da sociedade civil organizada no assessoramento ao Presidente da República. O objetivo era salvaguardar a trajetória de crescimento com equidade e distribuição de renda, ancorada na manutenção dos investimentos, dos gastos sociais, da valorização do salário mínimo e das transferências de renda.

As mudanças vividas pelo Brasil e os debates realizados pelo Conselho em torno da crise econômica internacional, que culminam

³ 27ª Reunião do Pleno do CDES: <http://www.cdes.gov.br/evento/2283/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-27.html>.

com a realização do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento⁴ em 2009, orientaram a necessidade do CDES de empreender novo esforço de diagnóstico e proposição sobre o desenvolvimento do País. No Seminário, conselheiros e conselheiras, dirigentes de instituições públicas e privadas, pesquisadores, intelectuais de diversos países apontaram que a crise internacional, com contornos inéditos em seus traços e alcance, encontrou um Brasil também de novo tipo, que vivia uma trajetória de mudança que soube sustentar mesmo frente à conjuntura adversa.

Entre os aspectos destacados no Seminário houve consenso sobre a oportunidade de recolocar na pauta política brasileira o exame do padrão de desenvolvimento almejado para o País, do papel do Estado no processo de desenvolvimento e da função das redes de proteção social para a superação da crise.

A partir do Seminário, o CDES se coloca, então, o desafio de sistematizar uma nova Agenda de Desenvolvimento, aprofundando o entendimento sobre este padrão de desenvolvimento que alia crescimento econômico, distribuição de renda e fortalecimento do mercado interno, e no qual vem ganhando força o objetivo da sustentabilidade ambiental, e gerando proposições para fazer avançar este processo.

⁴ SEDES, 2009. Seminário Internacional sobre Desenvolvimento: <http://www.cdes.gov.br/evento/4004/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-29-seminario-internacional-sobre-desenvolvimento.html>.



A elaboração da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento envolveu quase a totalidade dos conselheiros e conselheiras. Uma reunião do Pleno do CDES⁵ foi dedicada ao exame das políticas de promoção e proteção social brasileiras que fortaleceram o País pela ampliação do mercado interno e pelos resultados na diminuição das desigualdades. Outras reuniões, oficinas e consultas alimentaram, com subsídios e reflexões, o conteúdo da Agenda e um intenso, sincero e respeitoso diálogo conduziu a sistematização do seu texto final.

Um questionário encaminhado a todo o CDES e uma série de entrevistas a conselheiros e conselheiras buscaram apreender as mudanças brasileiras a partir da realidade vivida por diferentes áreas econômicas e sociais. E entender também quais os elementos que permitiram a mudança em cada área ou setor, considerando produção, consumo, financiamento, investimentos, emprego, distribuição de renda, inclusão entre outros. Finalmente, levantar as oportunidades e os entraves para a sustentação e aprimoramento desse quadro socioeconômico e como Estado e sociedade podem atuar para avançar o novo ciclo de desenvolvimento.

Das contribuições individuais ressaltaram-se eixos como emprego e distribuição de renda; democracia e diálogo; mercado interno e inserção na economia internacional; papel do Estado e o planejamento como ferramenta para o desenvolvimento. Com o objetivo de

⁵ 30ª Reunião do Pleno do CDES. <http://www.cdes.gov.br/evento/3942/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-30.html>.

compartilhar as visões e agregar conteúdo e reflexão foi realizada uma Oficina de Trabalho⁶, que contou com a participação dos economistas Ricardo Bielshowski, João Carlos Ferraz e Marcio Pochmann⁷.

Na sua 33ª Reunião do Pleno, em abril de 2010⁸, o Conselho concentrou-se na apreciação coletiva de uma primeira versão da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, sistematizada pelo Comitê Gestor do CDES⁹, com apoio da Secretaria do Conselho (SEDES) e assessoria do professor Ladislau Dawbor¹⁰. A interação permitiu estabelecer consensos e identificar que as diferentes visões e perspectivas ainda presentes entre conselheiros e a necessidade de agregar informações e outras análises indicavam o aprofundamento do debate sobre o Estado no novo ciclo de desenvolvimento.

Com este objetivo o CDES mobilizou contribuições de dirigentes e intelectuais como Luciano Coutinho¹¹, que trouxe para o debate o

⁶ Sobre o processo de construção, instrumentos, material base, insumos e a Oficina de Trabalho: www.cdes.gov.br/exec/evento/exibe_oficina_03-2010.php

⁷ Ricardo Bielshowski é economista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal); João Carlos Ferraz é diretor de Gestão de Riscos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Marcio Pochmann é presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

⁸ 33ª Reunião do Pleno do CDES. <http://www.cdes.gov.br/evento/5621/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-33.html>

⁹ O Comitê Gestor é formado por seis conselheiros escolhidos por seus pares para contribuir na gestão do CDES. Do atual comitê gestor fazem parte os conselheiros: Artur Henrique, José Antônio Moroni, Nair Goulart, Marcelo Néri, Murillo de Aragão e Paulo Safady Simão.

¹⁰ Ladislau Dawbor é articulista, pesquisador e professor da PUC/SP.

¹¹ Luciano Coutinho é presidente do BNDES e contribuiu no debate do CDES na reunião: <http://www.cdes.gov.br/evento/5981/agenda-para-o-novo-ciclo-de-desenvolvimento-reuniao-ii.html>.



modelo em curso no Brasil, ancorado na parceria estratégica entre o setor público, com suas funções de regulação, controle, planejamento e articulação, e o setor privado, mobilizado para assumir a liderança dos grandes projetos, principal veículo dos investimentos. Segundo o professor, este modelo vem respondendo às necessidades de infraestruturas de grande porte e infraestruturas sociais.

Com o foco sobre a capacidade do Estado brasileiro de responder às atribuições estabelecidas na Constituição, o professor Nélson Barbosa¹² apresentou indicadores que mostram carga tributária total estável nos últimos anos (33,8% em 2009 contra 32% em 2002), com a pequena variação explicada pela formalização e o crescimento dos empregos (variação de 0,98 da Previdência). Segundo dados do Ministério da Fazenda, o aumento nas despesas primárias (de 15,7% do PIB em 2002 para 18,5% em 2010) é explicado pelo item “transferência de renda” (9,1% em 2010 e 6,4% em 2002), demanda da sociedade expressa em 2002.

Para o professor Luiz Gonzaga Belluzzo¹³, não existe uma experiência de desenvolvimento que tenha prescindido do Estado. Isto é tanto mais verdadeiro em um momento de reestruturação profunda pelo qual o mundo passa, que coloca em risco a infraestrutura do mercado, constituída pelo crédito e pela questão das riquezas

¹² Nélson Barbosa é Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e contribuiu no debate do CDES na reunião: <http://www.cdes.gov.br/evento/6021/agenda-para-o-novo-ciclo-de-desenvolvimento-reuniao-iii.html>.

¹³ Luiz Gonzaga Belluzzo é professor do Instituto de Economia da Unicamp e editor da revista Carta Capital e contribuiu no debate do CDES na reunião <http://www.cdes.gov.br/evento/6001/agenda-para-o-novo-ciclo-de-desenvolvimento-reuniao-iv.html>.

monetária e financeira. Em sua avaliação, em breve o sistema financeiro existente não vai funcionar e é preciso buscar um sistema de maior estabilidade, com diversificação de fontes de financiamento de longo prazo e mecanismos de financiamento não-privados que funcionem contraciclicamente, de forma ágil e eficiente.

O texto final da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento foi apresentado na 34ª Reunião do Pleno do CDES¹⁴. Para o Conselho o novo patamar, do qual o Brasil parte nesta segunda década do milênio, abre a possibilidade do País empreender uma trajetória de desenvolvimento de longo prazo sustentável econômica, social, política, cultural e ambientalmente.

A Agenda sugere nove desafios, complementares e interrelacionados, que adequadamente enfrentados devem gerar efeitos multiplicadores sobre o conjunto das atividades econômicas, sociais, políticas e ambientais do País. São desafios relacionados aos novos horizontes da educação, o aperfeiçoamento do Estado e aprofundamento da democracia, a transição para a economia do conhecimento, a garantia do trabalho decente e da proteção social, o papel das infraestruturas e da sustentabilidade ambiental, e o padrão emergente de produção, de par com o potencial da agricultura.

Conforme prática do Conselho, a ANC não é um produto acabado, mas uma contribuição para o diálogo, ampliação de consensos e construção de viabilidade em torno de questões fundamentais para o Brasil. Com este objetivo, conselheiros e conselheiras de todas as

¹⁴ 34ª Reunião do Pleno do CDES: <http://www.cdes.gov.br/evento/5442/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-34.html>.



regiões se mobilizaram para constituir espaços, envolver outras lideranças no debate e agregar a perspectiva regional à Agenda, em reuniões realizadas entre julho e setembro de 2010¹⁵.

Os debates regionais foram fundamentais para fortalecer consensos nacionais, dando sentido e consequência local, como a prioridade do investimento na educação, a relevância da construção de infraestrutura que descentralize o desenvolvimento e integre o território e a necessidade de avançar na reforma tributária. De maneira especial, estes diálogos deram riqueza e complexidade ao objetivo de desenvolvimento regional, já apontado pelo Conselho, ressaltando as potencialidades diversas espalhadas por todo o território brasileiro, para a indústria, para os serviços, para a produção de energia e de alimentos, para o desenvolvimento do turismo e da cultura, para a pesca, a produção extrativa e o artesanato. Finalmente, a valorização do diálogo social aparece também como

¹⁵ Foram organizadas reuniões nas seguintes cidades / parcerias: Curitiba, PR (Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP); Rio de Janeiro, RJ (Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ); Porto Alegre, RS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - FIERGS), Rio Branco, AC (Federação das Indústrias do Estado Acre - FIEAC); Recife, PE (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Pernambuco); Aracaju, SE (Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de Sergipe); Santarém, PA (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Santarém - CODESS); Belém, PA (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM/PA); São Paulo, SP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP); Ribeirão Preto, SP (Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto - ACIRP); Salvador, BA (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado da Bahia / Associação Comercial da Bahia); Florianópolis, SC (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC); Belo Horizonte, MG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG).

resultado destes encontros, disseminando a disposição para constituição de conselhos econômicos e sociais nos diversos estados.

A ANC passa a orientar a pauta de debates do Conselho, no intuito de aprofundar os desafios propostos e gerar recomendações para garantir a sustentabilidade do ciclo de desenvolvimento. O entendimento, conforme ensinou o professor Celso Furtado, que vem inspirando o Conselho, é que se trata de um processo permanente de constituição de vontade coletiva, de ações coordenadas entre poder público e atores sociais, de avaliação, aperfeiçoamento e inovação para a construção de um país justo e inclusivo, capaz de promover qualidade de vida para o conjunto de sua população e responsável para com as gerações futuras.

A Agenda Nacional para o Novo Ciclo de Desenvolvimento é expressão de um Brasil mais coeso e de uma democracia dinâmica e pujante. Com a ANC, as lideranças sociais e políticas que compõem o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, reafirmam o compromisso em relação ao desenvolvimento brasileiro e a convicção de que sua construção é responsabilidade compartilhada entre governos e sociedade.

Ministro Alexandre Padilha

Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República



Composição do CDES (2009/2011)

Presidência da República
Vice-Presidência da República
Secretaria de Relações Institucionais
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Comitê Gestor

Conselheiros – Sociedade Civil

Abílio Diniz - Presidente do Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar

Adilson Primo - Presidente da Siemens do Brasil e Vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE)

Alberto Broch - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)

Amarílio Macêdo - Presidente das empresas J. Macêdo

Antoninho Trevisan - Presidente das Empresas Trevisan

Antonio Carlos Valente - Presidente Executivo do Grupo Telefônica do Brasil

Antônio Fernandes dos Santos Neto - Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)

Antonio Gil - Presidente Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (BRASSCOM)

Arido Mota Lopes - Presidente da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social (UNISOL)

Artur Henrique da Silva Santos - Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Augusto Chagas - Ex-Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE)

Bruno Ribeiro de Paiva - Diretor Executivo do Instituto Dom Helder Camara (IDHEC) e Advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE)

Candido Mendes - Reitor da Universidade Candido Mendes

Carlos Gilberto Cavalcante Farias - Presidente do Sindicato dos Produtores de Açúcar e Alcool da Bahia

Carmen Helena Ferreira Foro - Secretária Nacional de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Cezar Britto - Presidente da Comissão de Relações Internacionais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Cláudio Conz - Presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (ANAMACO)

Cledorvino Belini - Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) e da Fiat do Brasil

Clélio Campolina Diniz - Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Clemente Ganz Lúcio - Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)

Daniel Feffer - Vice-Presidente Corporativo da Suzano Holding S.A.

Danilo Pereira da Silva - Presidente da Força Sindical de São Paulo

Dom Luiz Demetrio - Presidente da Cáritas Brasileira

Enilson Simões de Moura (Alemão) - Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)



Fabio Barbosa - Presidente-Executivo da Abril S.A.

Fernando Dantas Alves Filho - Sócio-Presidente da Price Waterhouse Coopers do Brasil

Humberto Mota - Presidente da Associação das Empresas Concessionárias dos Aeroportos (ANCAB) e da Dufry South América

Ivo Rosset - Presidente das empresas Rosset & Cia Ltda e Valisère Ind. & Com Ltda.

Jackson Schneider - Vice-Presidente de Relações Institucionais da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER)

Jacy Afonso de Melo - Secretário de Organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

João Batista Inocentini - Presidente do Sindicato dos Aposentados do Brasil

João Bosco Borba - Presidente da Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (ANCEABRA)

João Elisio Ferraz de Campos - Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG) e da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (FENASEG)

João Paulo dos Reis Velloso - Presidente do Fórum Nacional - Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE)

Jorge Gerdau - Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau

Jorge Nazareno Rodrigues - Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região

José Antônio Moroni - Membro do colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e integra a direção nacional da Associação Brasileira de ONGs (ABONG)

José Carlos Bumlai - Vice-Presidente da Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul (ACRISSUL)

José Carlos Cosenzo - Ex-Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP)

José Conrado Azevedo Santos - Presidente Federação das Indústrias do Estado do Pará

Jose Moroni - Membro do Colegiado

José Vicente - Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares e Presidente da Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento (AFROBRAS)

José Zunga - Presidente do Instituto Observatório Social de Telecomunicações da Inclusão Digital e Social (IOST)

Joseph Couri - Presidente da Associação Nacional de Sindicatos da Micro e Pequena Indústria (ASSIMPI)

Laerte Teixeira da Costa - Secretário de Políticas Sociais da Confederação Sindical dos

Trabalhadores(as) das Américas e Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Lincoln Fernandes - Presidente do Conselho de Política Econômica e Industrial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)

Lúcia Stumpf - Ex-Presidente da UNE, Dirigente da União Brasileira de Mulheres (UBM) e da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS)

Luiz Aubert Neto - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ)

Luiz Eduardo Abreu - Diretor Presidente das empresas do Grupo NSG

Luiza Helena Trajano Rodrigues - Presidente da rede Magazine Luiza e Vice-Presidente do Instituto de Desenvolvimento do Varejo (IDV)

Manoel Silva da Cunha - Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas - (CNS)

Marcelo Neri - Economista Chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (CPS/IBRE/FGV)

Marcelo Odebrecht - Diretor Presidente da Construtora Norberto Odebrecht S.A.

Marcelo Giufrida - Presidente Associação de Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA)

Márcio Lopes de Freitas - Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Marcos Jank - Presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA)

Maria Elvira Ferreira - Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais

Maurício Botelho - Presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER)

Maurilio Biagi Filho - Presidente do Grupo Maubisa e Presidente do Conselho de Administração da Usina Moema

Moacyr Auersvald - Secretário Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)

Murillo de Aragão - Presidente da Arko Advice Pesquisas

Nair Goulart - Presidente da Força Sindical da Bahia

Naomar Monteiro de Almeida Filho - Ex-Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Nelson Côrtes da Silveira - Controlador e administrador da empresa D F Vasconcelos Ltda.

Oded Grajew - Coordenador-geral da Secretaria Executiva da Rede Nossa São Paulo e Presidente Emérito do Instituto Ethos

Olavo Machado Júnior - Presidente Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)



Paulo Godoy - Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB)

Paulo Simão - Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Paulo Speller - Reitor da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB)

Paulo Tigre - Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor da DHB Componentes Automotivos

Paulo Vellinho - Empresa Granóleo S.A. - Óleos Vegetais

Renato Conill - Presidente do Grupo Süd Metal

Ricardo Patah - Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Roberto Franklin de Leão - Presidente Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

Róbson Braga de Andrade - Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Rodrigo Loures - Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEPr)

Rogelio Golfarb - Diretor de Assuntos Corporativos e Comunicação para América do Sul da Ford

Sérgio Haddad - Coordenador Geral da Ação Educativa

Sergio Reze - Presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE)

Sérgio Rosa - Presidente da Companhia de Previdência Aberta do Banco do Brasil (Brasilprev)

Silvio Meira - Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e fundador do Porto Digital de Recife

Sônia Hess de Souza - Presidente da empresa Dudalina S.A.

Tânia Bacelar - Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Vicente Mattos - Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Viviane Senna - Presidente do Instituto Ayrton Senna

Walter Torre - Presidente da WTORRE S.A

Conselheiros – Governo

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional

Ministro de Estado da Fazenda

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

Ministro de Estado da Secretaria de Assuntos Estratégicos

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ministro de Estado do Meio Ambiente

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Ministro de Estado Presidente do Banco Central do Brasil



Estratégias do Novo Ciclo de Desenvolvimento

O Brasil está partindo, nesta segunda década do milênio, de um novo patamar. Para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o País de hoje se aproxima mais da visão que propôs na Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND) elaborada em 2005.

Naquela Agenda, o CDES afirmou que a desigualdade é um impeditivo estrutural para o desenvolvimento, pois limita o crescimento além de transformá-lo em instrumento de concentração de renda. A equidade – social, regional, entre gêneros, raças e etnias – deve ser a base orientadora das políticas públicas para enfrentar esse desafio. A educação é elemento transformador de longo prazo e de perenização dessa transformação. Favorecer o incremento da renda dos mais pobres, fortalecer o mercado de trabalho e incrementar o mercado interno gera dinâmica de elevação da taxa de crescimento, com consistência macroeconômica. Recuperar a capacidade de investimento público e privado é motor fundamental para o desenvolvimento.

Muitas das diretrizes propostas naquele momento foram implementadas e um conjunto de escolhas, de decisões e ações do governo e dos atores sociais, promoveram transformações importantes, desenhando no País uma nova realidade econômica e social.¹⁶

¹⁶ Os indicadores econômicos e sociais que são base desse novo patamar estão apresentados em anexo.

Entretanto, a visão de futuro traçada na AND permanece como horizonte estratégico para os Conselheiros e Conselheiras: ***“Um país democrático e coeso, no qual a iniquidade foi superada, todas as brasileiras e todos os brasileiros têm plena capacidade de exercer sua cidadania, a paz social e a segurança pública foram alcançadas, o desenvolvimento sustentado e sustentável encontrou o seu curso, a diversidade, em particular a cultural, é valorizada. Uma nação respeitada e que se insere soberanamente no cenário internacional, comprometida com a paz mundial e a união entre os povos”***.

Permanecem também os valores que dão base à visão de futuro: Democracia, Liberdade, Equidade, Identidade Nacional, Sustentabilidade, Respeito à Diversidade Sociocultural e Soberania.

O novo patamar de desenvolvimento abre a possibilidade do País empreender as transformações requeridas para um processo sustentado e constitui o referencial para a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC).¹⁷ A sustentabilidade entendida como desenvolvimento econômico, social, político e cultural, acelerando o bem-estar generalizado da coletividade. Nessa perspectiva, os Conselheiros e Conselheiras elegeram como fundamentais duas estratégias para o desenvolvimento brasileiro. A primeira delas é a

¹⁷ O processo de construção da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento está descrito em anexo.



consolidação do processo de expansão equânime do emprego e da renda, com fortalecimento do mercado interno ancorado em um modo de produção, de consumo e de distribuição sustentáveis e a ampliação dos investimentos inovativos. A segunda aponta para uma inserção ativa na economia internacional.

Essas estratégias permitem ampliar as dinâmicas apresentadas na Agenda Nacional de Desenvolvimento. Porém, para implementá-las, o Brasil deve enfrentar vários desafios. Dentre eles, o CDES elencou como principais: 1) Os novos horizontes da educação; 2) Desafios do Estado democrático e indutor do desenvolvimento; 3) A transição para a economia do conhecimento; 4) Trabalho decente e inclusão produtiva; 5) Padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento; 6) O potencial da agricultura; 7) O papel das infraestruturas: transportes, energia, comunicação, água e saneamento; 8) A sustentabilidade e; 9) Consolidação e ampliação das Políticas Sociais.

Uma Nova Conjuntura

O País finalmente se liberta de quase três décadas de semiestagnação, decorrentes da adoção de estratégia econômica baseada na visão neoliberal. Práticas como a desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira indiscriminada, redução do tamanho e papel do Estado foram implantadas em diferentes países e utilizadas como condição para concessão de créditos por instituições multilaterais

tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A crise financeira e econômica internacional que eclodiu em 2008 produziu inflexões importantes. Abriu-se o caminho para construção de um modelo que representa nas economias emergentes uma ruptura com o modelo hegemônico. As simplificações relativas à dicotomia entre Estado e mercado deram lugar a atitudes de bom senso, de pragmatismo, de busca de equilíbrios. De certa forma, inovar em política voltou a ser legítimo.

No plano internacional, a crise ainda não desapareceu. Um Produto Interno Bruto (PIB) mundial de US\$ 60 trilhões e US\$ 860 trilhões em papéis emitidos continua gerando instabilidade. A opção pela riqueza monetária e financeira coloca em risco o funcionamento dos mercados, da oferta de trabalho, da demanda por bens e serviços. Os déficits do setor especulativo privado foram transformados em déficits públicos. Observa-se, em inúmeros países, desaceleração da atividade econômica com aumento da concentração de renda, quedas de salários, redução de empregos e perda de direitos já conquistados.

Há forte convergência entre os Conselheiros e Conselheiras do CDES quanto à necessidade de, nessa conjuntura externa instável, evitar movimentos especulativos no mercado financeiro e de *commodities*, atuando no sentido do estabelecimento de um marco regulatório adequado; aperfeiçoar a política cambial e de juros para evitar a valorização excessiva do Real e minimizar os prejuízos dos exportadores;



difundir os mecanismos e instrumentos de apoio à inovação, de forma a criar um ambiente favorável ao processo de agregação de valor aos produtos comercializáveis e incentivar empresas brasileiras exportadoras; investir em infraestrutura e logística para reduzir os custos de produção e facilitar o comércio exterior; acompanhar e supervisionar movimentos de capital externo especulativo e incentivar ingressos de investimentos voltados para o setor produtivo.

Em contexto internacional reconhecidamente complexo, o Brasil precisa fortalecer o padrão de desenvolvimento em curso, buscando um maior dinamismo de sua economia associado com uma melhor distribuição de renda e riqueza, redução da pobreza, ampliação dos mercados interno e externo, busca da competitividade no âmbito global, sustentabilidade ambiental e influência para contribuir com a promoção dos princípios da democracia, da paz e da legalidade internacional.

O Ciclo de Desenvolvimento em Curso

O ciclo de desenvolvimento em curso no Brasil está sendo impulsionado pela consolidação da democracia e ampliação dos espaços de diálogo e participação; por políticas distributivas ancoradas numa visão de justiça social e de racionalidade econômica, pelo investimento nas pessoas por meio das políticas sociais universais e inclusivas; pelos investimentos em infraestruturas; por um sistema de financiamento público capaz de alavancar políticas de desenvolvimento; pela estabilidade macroeconômica

e na gradual incorporação das dimensões da sustentabilidade ambiental, econômica e social ao conjunto dos processos decisórios.

O fortalecimento da democracia brasileira é o objetivo da ampla rede de participação que vem sendo constituída e fortalecida, articulada em vários níveis da federação. Nos últimos cinco anos foram realizadas 50 Conferências Nacionais com a participação de aproximadamente 3,5 milhões de delegados, nas instâncias municipais, estaduais e nacionais. Somente nas etapas nacionais cerca de 5 mil deliberações públicas foram produzidas, grande parte delas incorporadas no desenho de políticas públicas setoriais. Experiências como o CDES e outros conselhos contribuem para gerar entre os diversos setores uma cultura da negociação, da pactuação e do respeito aos interesses nucleares dos diferentes segmentos.

A estratégia de crescimento via ampliação do consumo de massa sustentou-se em ganhos de produtividade associados ao tamanho do mercado interno, que se traduziram em maiores rendimentos das famílias e na possibilidade do País galgar patamares de desenvolvimento cada vez mais elevados e sustentados. Foram decisivas as políticas sociais de transferência de renda, valorização do salário mínimo, educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional, estímulo à criação de novos postos de trabalho formal, formação profissional e habitação. Esta dinâmica foi o motor do crescimento e alavanca das decisões privadas de investimento em 2009. Este cenário deve se repetir em 2010 e 2011, com a retomada do investimento sendo estimulada pelo novo patamar de consumo interno.



Estima-se que nos últimos anos a nova classe média, a chamada “classe C”¹⁸ passou a representar mais da metade da população brasileira, cerca de 53,2%, dinamizando o mercado de consumo de massa.¹⁹ A redução das desigualdades no Brasil teve uma queda nunca antes observada. A meta do milênio é cair à metade da desigualdade no mundo em 15 anos, o que o Brasil fez em apenas cinco anos. Em 2003 havia 50 milhões de miseráveis no Brasil. Hoje são cerca de 20 milhões de pessoas que saíram da miséria - uma queda de 40%. Incorporamos 32 milhões de pessoas à classe média, o que equivale a meia França, em cinco anos. Se for mantido o mesmo ritmo de hoje, o Brasil vai poder reduzir a pobreza em mais de 14 milhões de pessoas e incorporar mais 36 milhões aos estratos de renda A, B e C até 2016, quando o índice de Gini²⁰ do Brasil poderá atingir 0,488, próximo ao dos países desenvolvidos, contra os atuais 0,515.²¹

Destaca-se também o papel do crescimento do crédito ao consumidor, em especial do financiamento ao consumo de bens duráveis e à construção civil. As políticas de crédito dos bancos públicos²² foram responsáveis por cerca de metade do crédito

outorgado em 2009. O sistema financeiro privado é sólido e opera sob regulação eficiente. O Brasil é um dos poucos países do mundo que dispõe de condições para crescer por essa estratégia, devido ao tamanho de seu mercado consumidor potencial. Além disso, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e PAC II), a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), a expansão dos investimentos da Petrobras, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), entre outros estão, ao mesmo tempo, dinamizando os investimentos e mantendo a conjuntura favorável. Para isto, contribui um setor privado pouco endividado e com recursos para investir. São condições que facilitam o resgate dos mecanismos de planejamento de longo prazo, desafiam a capacidade gestora do Estado e impulsionam a modernização administrativa.

A política ambiental ganhou nestes anos outra estatura e se incorpora à nova política econômica que se desenhou no País, gerando credibilidade e respeito nos planos interno e internacional, o que, por sua vez, abre mercados. A taxa de desmatamento é hoje 74,4% inferior a de 2004, o menor índice já registrado desde 1998, quando foi iniciada a apuração deste indicador.²³ Ao tratar de maneira sustentável os recursos naturais, capitaliza-se o País para as gerações futuras.

A melhora do quadro fiscal, na última década, também contribuiu para esse novo patamar. Um dos pontos mais fortes da ampliação das perspectivas de desenvolvimento está na estabilização de um modelo de gestão macroeconômica. O Brasil é um dos poucos países do mundo

¹⁸ Grupo que recebe renda familiar total mensal entre R\$ 1.115 (US\$ 619) e R\$ 4.807 (US\$ 2.670) – conversão com taxa de câmbio de junho de 2010: R\$/US\$ = 1,8.

¹⁹ De acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas, a classe C abarca 53,2% da população. Contudo, do ponto de vista de distribuição de renda as classes AB com rendas familiares superiores a R\$ 4.807, que representam 14,97% da população, se apropriam de quase 55% da renda do país.

²⁰ Coeficiente utilizado para calcular o padrão de concentração de renda nos países. Varia entre 0, que é a igualdade perfeita e 1, perfeita desigualdade.

²¹ IPEA, Pobreza, Desigualdade e Políticas Públicas, 2010.

²² Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco da Amazônia (BASA).

²³ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).



que tem sido capaz de apresentar superávits primários sucessivos em suas contas públicas e reduzir a participação da dívida interna líquida como participação do PIB no período recente. O equilíbrio das contas públicas, ao longo do tempo e em todos os países, tem se mostrado um ponto crucial do equilíbrio econômico; pré-condição necessária, embora não suficiente, para o crescimento de longo prazo.

No plano comercial, uma população mundial que aumenta em 70 milhões de habitantes por ano, com ampliação do consumo, deve manter a tendência para uma demanda forte por *commodities*. O Brasil, com a maior disponibilidade mundial de solo agricultável e 12% da reserva mundial de água doce, tem trunfos importantes. Mas deve ficar atento para a dependência dos preços das *commodities* aos movimentos dos capitais especulativo. É preciso evitar a formação de bolhas recorrentes fruto de especulações com ativos.²⁴ O Brasil tem papel relevante a desempenhar no debate sobre a regulação dos mercados.

Os progressos tecnológicos e, em particular, as inovações na área das tecnologias de informação e comunicação, abrem novas perspectivas. No século XXI, além dos embates políticos em torno da propriedade dos meios de produção, na era da nova economia, o acesso ao conhecimento e a definição dos seus marcos legais tornam-se centrais. No caso brasileiro, o salto para a economia do conhecimento passa pela universalização da banda larga e outras formas de acesso e disseminação, que abrem importantes perspectivas de inclusão produtiva e melhoria de qualidade de vida. É urgente cobrir o hiato

²⁴ Tais como ações, títulos de renda fixa, câmbio, commodities, títulos imobiliários etc.

entre estes desafios tecnológicos e o atraso educacional, no plano interno, para ocupar o espaço correspondente no plano internacional.

Em termos geoeconômicos, a tendência é para um deslocamento da bacia do Atlântico para a bacia do Pacífico, com os avanços da China e da Índia, que representam 40% da população mundial, e de outros países muito dinâmicos, como a Coreia do Sul e o Vietnã, ou fortes como o Japão. O deslocamento favorecerá tanto uma orientação mais integradora de infraestruturas na América Latina, como o melhor equilíbrio de ocupação e uso do território no Brasil, fundamentalmente atlântico na demografia e na economia.

No plano político, frente a uma economia que se globalizou, surgem novos espaços de concertação internacional. O G-20²⁵ é um exemplo de espaço regular de negociação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. O Brasil, em particular, assume liderança neste sentido. A crise econômica e financeira evidenciou a inadequação da estrutura de governança mundial. Está em curso uma mudança na distribuição do poder global que dependerá muito da capacidade estratégica dos governos envolvidos nesse processo de transformação.

O Brasil enfrentou a crise com fundamentos macroeconômicos sólidos²⁶, com mercado interno amplo, com capacidade de regulação e de manejo de instrumentos adequados de política econômica, na

²⁵ Grupo formado pelo G-8 – principais potências ocidentais mais a Rússia – e um bloco de países emergentes, onde o Brasil se inclui, mais a União Europeia.

²⁶ Moção do CDES sobre os Efeitos da Crise Econômica Internacional, aprovada na 28a Reunião do Pleno, 06/11/2008; Parecer do CDES sobre Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Internacional, aprovada na 25a Reunião do Pleno, 01/04/2008.



rapidez e no ritmo que o momento exigia. Expandiu-se o acesso ao crédito, os empregos e a renda da população foram protegidos, inúmeros setores foram desonerados de impostos. Criou-se uma sinergia entre os domínios econômico e social que nos permitiu minorar os efeitos do contágio da crise internacional sobre o desempenho da economia brasileira e retomar a trajetória de crescimento.

Riscos e Oportunidades do Contexto Internacional

Na inserção internacional, o País parte também de outro patamar. A crise revelou a existência de uma nova dinâmica econômica mundial, caracterizada pela inclusão das economias emergentes no contexto político-estratégico das economias predominantes como os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão. Ficou clara a necessidade de um Estado mais ativo no processo de suavizar os ciclos econômicos e no campo de regulação dos movimentos internacionais de mercadorias e ativos financeiros.

O que desponta é uma composição na qual novos países emergentes, em transição para se tornarem *global players* e, portanto, protagonistas no cenário mundial, serão aqueles que combinarem um mercado interno potencial forte, com abundância de recursos naturais como energia, gás e petróleo e com possibilidade de produzirem grande quantidade de alimentos. A existência de um parque industrial moderno é aspecto de

grande relevância. O Brasil enquadra-se em todas essas características.

O impulso advindo da expansão da economia internacional entre 2001 e meados de 2008, notadamente dos países emergentes da Ásia, garantiu preços elevados de *commodities* e aumento das exportações brasileiras (da ordem de 22% ao ano em média) contribuindo para o aumento do PIB e para diminuição da vulnerabilidade externa na medida em que possibilitou maior acúmulo de reservas internacionais.

Com US\$ 35 bilhões de reservas internacionais em 2002, o Brasil estava vulnerável a ataques especulativos. Atualmente, com cerca de US\$ 250 bilhões, credor e não mais devedor do Fundo Monetário Internacional (FMI), com maior diversificação comercial e de parceiros e melhor equilíbrio entre os mercados interno e externo, o País tornou-se uma referência internacional. A acumulação de reservas internacionais atenuou os efeitos de ciclos econômicos mais pronunciados decorrentes de crises financeiras sistêmicas e possibilitou ao Brasil inserir-se de forma soberana na economia mundial.

A integração latino-americana está adquirindo relevância crescente, com avanços em ações articuladas no plano das instituições, dos mecanismos de financiamento, das infraestruturas, das migrações, da academia, em busca de uma identidade comum. O Brasil tem peso específico na região pelas inovações econômicas, sociais, políticas e ambientais que tem desenvolvido.

O Brasil e seus parceiros latino-americanos, africanos e asiáticos desfrutam, neste momento, de posição privilegiada na economia global. Os países que integram o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China),



nos últimos anos, tiraram da pobreza mais de meio bilhão de pessoas, incorporando esse enorme contingente à classe média e provocando, em consequência, o aumento da capacidade de consumo no interior de cada um desses países e no potencial de consumo de produtos gerados no âmbito de outros países da economia global. Em 2020, com 3,14 bilhões de habitantes, cerca de 40% da população mundial²⁷ e crescendo a taxas muito superiores à dos países ricos, os BRICs chegarão, de fato, muito próximo das economias do G-7. Esses países elevarão a sofisticação e complexidade da sua relação com os mercados tradicionais, como os dos Estados Unidos e Europa, e representarão importante motor que impulsionará o consumo em escala mundial.

No conjunto, o Brasil destaca-se no cenário internacional como parceiro solidário, portador não só de força econômica e riqueza cultural, mas também de propostas práticas para o enfrentamento dos principais desafios sociais, ambientais e políticos. A confiabilidade e o respeito angariados se refletem na aprovação do País para sediar a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

²⁷ Projeções da Organização das Nações Unidas – ONU.



Desafios e Eixos Propositivos para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

O CDES aponta como estratégias para o desenvolvimento do Brasil, neste momento, consolidar o processo de expansão equânime do emprego e da renda, fortalecendo o mercado interno ancorado em um modo de produção, de consumo de massa e de distribuição sustentáveis; ampliar os investimentos inovativos e se inserir de forma ativa na economia internacional. O Conselho considera estratégico, também, fortalecer o protagonismo do País na governança global, influenciando nas negociações econômicas, na reforma financeira internacional, na reforma monetária e nas negociações políticas relevantes para a paz no mundo.

Tais estratégias se articulam a um conjunto de desafios que o Brasil deverá enfrentar. Os avanços deste novo ciclo de desenvolvimento dependem da educação, da transição para a economia do conhecimento e da sustentabilidade, da força da indústria, do comércio e do vasto potencial da agricultura, impulsionados pela infraestrutura adequada, pela inclusão produtiva e pelas políticas sociais. Requerem ainda um Estado voltado para atender a demanda da sociedade pelo desenvolvimento econômico, social, político, ambiental e cultural.

A Agenda levanta estes desafios, complementares e interrelacionados, e os principais eixos propositivos de ação que devem gerar efeitos multiplicadores sobre o conjunto das atividades econômicas, sociais, políticas e ambientais. O objetivo é impulsionar o processo de desenvolvimento sustentável, tal como o CDES defende

e em relação ao qual busca contribuir, a partir do diálogo entre diferentes atores sociais e do trabalho coletivo.

Para o CDES, o combate às desigualdades é objetivo central da estratégia de desenvolvimento e o Conselho reafirma, então, a recomendação para que a equidade seja o princípio a reger todas as políticas públicas e as ações dos atores sociais.

A diversidade é o ativo mais valioso para o pleno desenvolvimento brasileiro. Com dimensões continentais e população plural, trata-se de uma realidade na qual não cabe solução única. É preciso flexibilidade, abertura e diálogo para que o Brasil se encontre consigo mesmo, na sua diversidade cultural, étnica e regional e no enorme potencial que deriva desta riqueza.

A educação é, segundo Conselheiros e Conselheiras, o eixo prioritário e estruturante, na medida em que é articulador de políticas públicas pró-equidade, o grande vetor para libertar os potenciais de criatividade e inovação e de produção nacionais e elemento viabilizador da construção cultural para um novo padrão de convivência na sociedade e de interação com o meio ambiente.



1. Os Novos Horizontes da Educação

Há um consenso pleno quanto à relevância estratégica da educação e a importância de aproximar os conceitos de educação e da sociedade do conhecimento. Considerando os avanços recentes no panorama da educação brasileira, em seus diversos níveis e modalidades, cabe ainda um grande esforço a ser realizado.

A quase universalização do acesso ao ensino fundamental deve ser acompanhada pela ampliação da qualidade da escola pública. É preciso ampliar o acesso de crianças de 0 a 6 anos a educação infantil de qualidade (creches e pré-escola). O ensino médio público apresenta déficits de cobertura e qualidade, enquanto o ensino profissionalizante só recentemente encontra incentivos para sua consolidação. É necessário ainda avançar na equalização das oportunidades de acesso à educação superior, em particular às instituições universitárias públicas, e na integração entre os níveis e modalidades de ensino. Desigualdades sociais e regionais, flagradas em praticamente todos os indicadores de avaliação da educação, representam forte obstáculo ao desenvolvimento econômico e humano da sociedade brasileira.

A educação é um imenso universo. Somando alunos, professores e administradores, são 60 milhões de pessoas, quase um terço da população. Para o CDES, as mudanças nos indicadores educacionais dependem de esforços compartilhados de atores nas três esferas de governo e em toda a sociedade, valorizando as diferentes dimensões da vida como espaços

de criação e de articulação de conhecimentos e abrindo novos horizontes para a educação. São eixos propositivos neste sentido:

1. Garantir o direito de acesso e permanência a um sistema de educação de qualidade. Eliminar o analfabetismo, garantindo o acesso universal ao sistema público de ensino e aprimorando a transição entre os cursos de alfabetização e a continuidade de estudos em Educação de Jovens e Adultos (EJA). É essencial que se promova o aumento do nível de escolaridade da população brasileira²⁸, reduzindo as desigualdades regionais, raciais, de renda e entre o urbano e o rural. Isso implica uma ação firme e concertada do Estado, em todos os níveis de governo, organizando e regulamentando a educação nacional de modo articulado entre os entes da Federação, cabendo à União papel central de correção de desigualdades e suplementação de estruturas e recursos financeiros e humanos.
2. Ampliar o investimento para a educação, identificando novas fontes de financiamento. Será necessário aperfeiçoar a destinação dos recursos do FUNDEB²⁹ e garantir os recursos do Pré-sal para financiamento da educação. Ao mesmo tempo, assegurar maior eficiência e eficácia na aplicação dos recursos

²⁸ O CDES vem acompanhando e gerando indicadores e proposições, por meio do Observatório da Equidade, acerca das Desigualdades na Escolarização no Brasil – www.cdes.gov.br.

²⁹ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica.



no processo educativo, com foco no estudante. No contexto de uma reforma tributária redistributiva, recomenda-se rever os parâmetros e critérios da renúncia fiscal da educação.

3. Melhorar a qualidade da escola pública nos níveis básicos de ensino. Concentrar os esforços do governo e da sociedade civil para viabilizar uma radical reestruturação do ensino básico, com as seguintes medidas: a) carreira atrativa, melhores salários e condições de trabalho adequadas para os trabalhadores da educação, tanto docentes como técnico-administrativos e dirigentes; b) redução do número de alunos por sala; c) implementação do sistema de tempo integral, prioritariamente no ensino fundamental; d) institucionalização da formação continuada; e) adequação dos cursos aos diferentes perfis de entidades e alunos (educação no campo, EJA); f) acesso a sistemas de educação aberta estruturados em tecnologia de informação e comunicação de última geração, acessíveis a todos os atores do processo educativo, com foco prioritário no estudante, e disseminação de softwares de gestão escolar; g) ampliação do investimento em infraestrutura das escolas com acesso sem fio à internet em banda larga, laboratórios, bibliotecas, cursos de artes, quadras esportivas; h) autonomia e responsabilização da escola, seus dirigentes e trabalhadores quanto ao processo educativo; i) consolidação dos sistemas de avaliação como ferramenta de políticas públicas para todos os níveis e modalidades da educação.
4. Determinar prioridade para as ações da política educacional voltadas para a valorização da população do campo, com a adoção de metodologias apropriadas para a redução dos graves índices de analfabetismo e da baixa escolaridade, proporcionando o desenvolvimento amplo e integral tanto das pessoas quanto das comunidades rurais às quais pertencem.
5. Implantar um sistema público de emprego e qualificação profissional, diante do cenário da crescente demanda social dos setores produtivos por trabalhadores qualificados. Adotar procedimentos definidores da educação profissional, da formação básica à formação continuada do trabalhador, como política de Estado coadunada com o processo de desenvolvimento do País.
6. Reestruturar a educação superior, dando continuidade à reforma da universidade brasileira, iniciada, mas não aprofundada pelo REUNI na rede federal, em especial o projeto de autonomia das universidades. Rever tanto os modelos pedagógicos quanto a arquitetura curricular vigentes no Brasil, com mais investimentos no ensino público e regulamentação do ensino privado. No plano acadêmico, a disciplinaridade que regeu a ciência do século XX deve dar lugar a cruzamentos pluri, inter, transdisciplinares, fomentando a criatividade e a inovação e a cooperação com o setor produtivo. A educação superior também deve preparar os egressos para a educação continuada e interação com sistemas de conhecimento e redes de informação. Na disciplina deste



último, há que atentar não só à sua dominância na oferta, hoje, da educação quanto às suas diferenças entre as entidades comunitárias, confessionais, filantrópicas e comerciais. Importa, outrossim, reforçar nas universidades os recursos para pesquisa, constitutiva da plenitude de sua excelência acadêmica.

7. Atualizar a dinâmica da educação em todos os níveis e modalidades de ensino, abrindo-se para uma interação permanente e virtuosa entre os diferentes níveis educacionais. Especialmente nas universidades, metodologias ativas de ensino-aprendizagem, combinadas com o uso intensivo de modernas tecnologias, poderão potencializar a integração científica e tecnológica com empresas, instituições e a sociedade. O ambiente escolar deve fomentar a criatividade, a atitude investigativa do estudante, de modo a tornar a escola atrativa e valorizada, levando-o a assimilar metodologias de trabalho, preparando-o para navegar, questionar, organizar, elaborar, quantificar e cruzar conhecimentos de maneira criativa. É preciso promover e difundir o conhecimento acumulado, sobretudo aquele gerado nas instituições de ensino e pesquisa brasileiros, contribuindo para a transição para sociedade do conhecimento que está redesenhando os horizontes da educação.
8. Estimular a aprendizagem de forma cada vez mais distribuída numa sociedade que passa a operar em rede, fortalecendo as regiões e as cidades inovadoras em educação.

2. Desafios do Estado Democrático e Indutor do Desenvolvimento

Em uma sociedade democrática o Estado deve cumprir as atribuições estabelecidas na Constituição, tanto no que se refere à proteção dos cidadãos em vulnerabilidade, à prestação de serviços essenciais e à realização ou financiamento de investimentos estratégicos, bem como no que se refere à regulação e participação na atividade econômica e financeira.

Como defensor do interesse público o Estado deve desempenhar funções fundamentais como estimular o desenvolvimento econômico e social; manter a estabilidade macroeconômica, o que implica zelar pela estabilidade fiscal, monetária e cambial; regular atividades econômicas; prover serviços públicos universais como educação, saúde e segurança; e atuar na redução das desigualdades na distribuição da renda, combatendo a pobreza. Neste sentido, o desenvolvimento é intensivo em Estado.

A estrutura, os recursos e a organização do Estado devem ser constituídos a partir das demandas acordadas pela sociedade e expressas nos seus marcos legais. Ao Estado cabe arrecadar impostos, taxas e contribuições em montante suficiente para que possa cumprir de forma adequada suas atribuições, devolvendo à sociedade o produto da arrecadação, sob a forma de gastos em serviços públicos de qualidade, programas sociais e de transferência de renda e investimentos públicos.



O papel que o Estado é chamado a assumir em cada situação é fruto de condições objetivas que resultam da evolução das atividades econômicas e sociais em cada país. No Brasil, a parceria com o setor privado é fundamental para a promoção do desenvolvimento produtivo, viabilização das infraestruturas de grande porte e das infraestruturas sociais.

O modelo a ser consolidado se ancora nesta parceria estratégica entre o setor público, com suas funções de regulação, controle, planejamento e articulação, e o setor privado, mobilizado para assumir a liderança dos grandes projetos, principal veículo dos investimentos. O aperfeiçoamento do Estado para cumprir seu papel passa pelo reforço da capacidade de planejamento e de diálogo e concertação, para que os objetivos de longo prazo sejam definidos de maneira compartilhada e que aumente a confiança de todos no futuro do País.

É consenso entre os Conselheiros e Conselheiras que houve avanços na gestão macroeconômica e que a manutenção do equilíbrio desta política vai requerer um esforço contínuo de redução da carga tributária e a busca de alinhamentos dos juros e do câmbio.

Estratégico aos projetos de desenvolvimento de longo prazo é o equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, fundamental para a cidadania e a democracia. O judiciário tem sido chamado a dar a última palavra sobre a viabilidade da agenda política brasileira. Os exemplos são vários, desde a questão das políticas

de inclusão, como cotas sociais ou raciais e o Bolsa Família, até os investimentos em infraestrutura e a política fiscal. Esse fenômeno que ficou conhecido como “judicialização da política” é extensivo a outros órgãos como o Ministério Público, os tribunais de contas e a Controladoria Geral da União.

Para aprofundar o papel do Estado voltado efetivamente para os interesses gerais da sociedade, mais democrático, à altura dos desafios econômicos, sociais e ambientais que o País precisa enfrentar, inserido e atuante no mundo, os Conselheiros e Conselheiras propõem:

Aprofundar a Democracia

1. Fazer a Reforma Política. O CDES elaborou um Parecer³⁰ que aponta a necessidade de aprimorar o sistema político brasileiro, fortalecendo os partidos, aumentando o grau de representatividade dos mandatos, fortalecendo os instrumentos de participação direta e, sobretudo, assegurando a eficácia da soberania popular no sistema democrático. O CDES considera que um processo de reforma política contribui estruturalmente para o desenvolvimento do país e o aperfeiçoamento de nossa democracia.
2. Ampliar a capacidade do Estado de prestar com qualidade os serviços e políticas demandados pela sociedade - educação,

³⁰ Parecer do CDES sobre a Reforma Política, aprovado na 22ª Reunião do Pleno, 17/07/2007.



saúde, segurança pública; de prover proteção social, segurança alimentar e nutricional; de promover o trabalho e o acesso à cultura e à habitação digna; de combater a discriminação de raça, gênero e etnias.

3. Fortalecer a federação brasileira, em um arranjo solidário, equitativo e integrador, capaz de garantir a autonomia dos entes federados e a coordenação e articulação de políticas públicas; eficaz no atendimento às demandas sociais e na promoção do desenvolvimento. Aperfeiçoar os mecanismos de financiamento que propiciem adequada capacidade de cumprimento das atribuições e competências dos entes federados, compatível com o equilíbrio das contas públicas.
4. Garantir que o Estado - poderes Executivo, Legislativo e Judiciário - seja permeável à participação e ao controle social efetivo. Fortalecer e consolidar os instrumentos de diálogo e os mecanismos que ampliem a participação da sociedade no processo decisório, no planejamento e na avaliação das ações governamentais, nas definições e acompanhamento do orçamento. A informação e transparência são elementos centrais neste sentido. Para isso é necessária a utilização massiva de tecnologia articulada com o aperfeiçoamento gerencial e institucional das estruturas do Estado.
5. Fortalecer o ambiente político e institucional do País oferecendo meios e contextos adequados para a gestão das várias formas de conflito e dos direitos de cidadania assegurados na Constituição Federal, de modo a promover maior equilíbrio

entre os poderes, reduzindo a demanda ao judiciário e ao poder de polícia dos órgãos controladores e do Ministério Público.

6. Dar continuidade ao processo de Reforma do Judiciário no sentido de agilizar a tramitação e o julgamento dos processos, modernizar os códigos processuais, aprimorar a gestão judiciária e conferir mais transparência às decisões e julgamentos, de forma a aumentar a segurança jurídica aos cidadãos.
7. Fortalecer o papel do Conselho Nacional de Justiça como instrumento para harmonizar procedimentos, melhorar a gestão e aumentar a eficiência e a efetividade de todas as instâncias do Poder Judiciário.
8. Fortalecer a capacidade do Estado de planejamento de longo prazo e de interação entre os poderes da República, as diferentes esferas de governo e a sociedade em torno das prioridades para o desenvolvimento, estabelecidas coletivamente.

Valorizar a diversidade do território brasileiro

9. Respeitar as vocações e os potenciais locais e regionais como elemento para o conjunto das políticas públicas e incrementar o diálogo e concertação em torno de um projeto nacional.
10. Construir políticas de desenvolvimento local/regional, *strictu sensu*, para reduzir o hiato ainda presente entre as regiões do País, entre municípios e entre diferentes localizações nas grandes cidades e regiões metropolitanas.



11. Investir na governança local e regional, no fomento e integração de sistemas de informação e no acesso à banda larga, permitindo autonomia, cooperação e troca de experiências, sejam elas de governo, empresariais ou de movimentos sociais, redes sociais e cidadãos para disseminar as inovações e aprendizados adquiridos.
12. Fortalecer a participação e diálogo, apoiando Conselhos, instâncias locais e setoriais de governança indutoras do seu próprio desenvolvimento e outros espaços e fóruns de participação, desenvolvendo instrumentos de controle social, de avaliação da qualidade de vida e das políticas públicas.

Aperfeiçoar a gestão pública

13. Aprimorar a gestão pública de qualidade, orientada por resultados, com forte base tecnológica e de informação, estruturas organizacionais e instrumentos adequados ao funcionamento do Estado e mecanismos de acompanhamento e avaliação da sua eficiência e efetividade, sob o controle participativo da sociedade.
14. Garantir a capacidade dos governos para atuação em temas transversais, como juventude, promoção da igualdade de gênero e raça e direitos humanos, e de coordenação e gestão integrada de políticas e estruturação dos sistemas como educação, saúde, assistência social, segurança pública, ciência, tecnologia e inovação.

15. Garantir a capacidade dos governos para gestão de investimentos estratégicos e de equilíbrio entre execução e controle, de forma a combater a corrupção, garantir a lisura do gasto público e responder às necessidades do desenvolvimento.
16. Avançar na constituição de uma burocracia pública profissionalizada, na União, estados e municípios, em quantidade adequada para o atendimento das competências atribuídas pela Constituição. Uma burocracia pública ética, capacitada permanentemente e capaz de se relacionar de forma aberta e democrática com os atores sociais. Priorizar o fortalecimento das carreiras de Estado, estabelecendo limites aos cargos comissionados necessários para formação das equipes dos governos eleitos.
17. Construir novos indicadores de desenvolvimento capazes de realizar um monitoramento mais adequado, para além do PIB. Há um forte avanço metodológico neste plano e o CDES se propõe a contribuir, em articulação com o IBGE, IPEA e outras instituições, para a construção de uma nova sistemática de contas públicas que permita assegurar uma cidadania informada.
18. Rever os métodos e processos de gestão, supervisão e controle, com objetivo de aumentar o dinamismo econômico, reduzir os custos de produção e facilitar a vida dos cidadãos.



Macroeconomia para o desenvolvimento e a consolidação do modelo fiscal

19. Avançar na gestão macroeconômica capaz de criar condições para elevação da taxa de investimento da economia em direção à meta de 25% do PIB, permitindo crescimento em torno 6% ao ano³¹.
20. Criar condições para a redução progressiva da taxa Selic, diminuindo o diferencial de juros em relação a outros países. O Brasil é um dos poucos países do mundo que tem sido capaz de apresentar superávits primários sucessivos em suas contas públicas e de reduzir a participação da dívida interna líquida em relação ao PIB.
21. Estruturar linhas de financiamento de longo prazo e ampliar as linhas já existentes.
22. Usar os bancos oficiais para ampliar a concorrência no mercado, permitindo acelerar a redução dos juros cobrados do consumidor e em especial os *spreads* bancários.
23. Incentivar a inclusão bancária, com capilaridade, flexibilidade nos produtos e nas garantias e com juros compatíveis. Promover a desconcentração, interiorização e adequação do sistema financeiro nacional. Estimular a constituição e fortalecimento de sistemas cooperativos locais de crédito e organizações de

microfinanças e sua conexão com fundos de financiamento governamentais, de forma a ampliar os canais de poupança, crédito e serviços financeiros voltados para a população de baixa renda e para a economia solidária.

24. Garantir o acesso ao financiamento da produção para a exportação, ampliando a atuação do BNDES, estimulando a criação de novos agentes de fomento especializados e tornando mais rápidas as decisões sobre essas operações.
25. Atuar para alcançar resultados positivos na balança de transações correntes, com medidas de realinhamento do câmbio e outros meios que busquem o equilíbrio entre as importações e as exportações de bens, serviços e rendas.
26. Criar ambiente favorável para a entrada de capitais externos voltados para atividades produtivas e não simplesmente especulativas.
27. Realizar a reforma tributária com foco na correção da desigualdade³², no estímulo à produção e ao investimento. Buscar maior progressividade do sistema; desonerar a base da pirâmide; privilegiar os impostos diretos em relação aos indiretos; facilitar a vida dos produtores, desonerando investimentos produtivos e a exportação; atentar para questões ambientais que vêm se tornando vetor importante na construção de estímulos tributários.

³¹ Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento, páginas 21 e 25. www.cdes.gov.br.

³² O CDES vem acompanhando e gerando proposições, por meio do Observatório da Equidade, acerca dos Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional – www.cdes.gov.br.



28. Aprimorar a governança do Conselho Monetário Nacional, de forma que as decisões da política macroeconômica sejam tomadas em bases mais amplas, absorvendo a sensibilidade dos diversos setores sociais dispostos a compartilhar a responsabilidade em relação ao desenvolvimento brasileiro³³.

3. A Transição para a Economia do Conhecimento

A ampliação e homogeneização do acesso gratuito e fomentado a todo tipo de conhecimento é eixo fundamental da mudança para um país mais desenvolvido e mais competitivo no mundo globalizado. A educação e a cultura desempenham um papel chave nesse processo de transição.

A sociedade do conhecimento aponta desafios às políticas públicas, especialmente no que diz respeito ao acesso aos meios de comunicação. O Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) pretende levar acesso a 40 milhões de domicílios, até 2014, à Internet em alta velocidade, constituindo uma alternativa de baixo custo para conexão à rede. O PNBL busca estimular a concorrência e a redução de preços ao consumidor final, em conjunto com uma série de medidas regulatórias, que visam ampliar a oferta já existente.

³³ Moção do CDES sobre a Composição do Conselho Monetário Nacional, aprovada na 12ª Reunião do Pleno, 19/05/2005.

A disseminação rápida e eficiente do conhecimento é um dos principais componentes da inovação. Parte significativa do processo inovador é a constituição de interlocutores nas Universidades e centros de produção tecnológica e nas empresas, assegurando o diálogo, a eleição de prioridades e a coprodução.

O avanço da competitividade de empresa brasileira depende e dependerá cada vez mais da sua capacidade de inovar, isto é gerar novos produtos e novos processos com maior densidade tecnológica. A inovação é essencial para aumentar a produtividade e garantir melhores salários de forma sustentável. Isso tem implicações para inúmeras políticas públicas na área educacional, na eficiência dos marcos regulatórios setoriais, no incentivo ao empreendedorismo, na redução da burocracia e na política de P&D empresarial.

Entre os eixos propositivos para construir a transição para a economia do conhecimento, os Conselheiros e Conselheiras apontam:

1. Ampliar significativamente os dispêndios públicos e privados em ciência, tecnologia e inovação no Brasil, de forma a evoluirmos dos atuais 1,3% do PIB, para 2,0% em 2015 e 2,5% em 2022.
2. Aprimorar o arcabouço jurídico e os marcos legais da área de ciência, tecnologia e inovação, visando proporcionar maior segurança aos investidores; facilitar o diálogo com os órgãos de controle; e incluir os ativos intangíveis das empresas no



- rol de valoração dos ativos nas negociações com as entidades públicas e privadas de fomento.
3. Incentivar o setor privado a aumentar a alocação dos recursos próprios em inovação e outras modalidades de investimentos intangíveis por meio da desoneração tributária, subvenções econômicas, formação de recursos humanos para áreas estratégicas e assistência técnica voltada para transferência de tecnologia. Criar centros de pesquisa e de empresas de base tecnológica, visando desenvolver novos produtos e processos que contribuam para aumentar a inserção competitiva do Brasil na economia internacional.
 4. Ampliar de forma significativa o investimento privado em pesquisa e inovação, promovendo capilaridade, sobretudo no que diz respeito à criação de novos incentivos e desonerações fiscais, redução de juros, ampliação de prazos para financiamento e subvenções econômicas destinados a empresas que ainda não foram beneficiadas pela atual Política de Ciência Tecnologia e Inovação.
 5. Criar mecanismos para facilitar e ampliar o acesso das empresas nascentes, das micro e pequenas empresas e dos empreendimentos autogestionários nas linhas de financiamento público para ciência, tecnologia e inovação, bem como propiciar assistência técnica especializada para pesquisa e desenvolvimento.
 6. Promover o fortalecimento e a modernização institucional das entidades públicas de fomento e apoio a ciência, tecnologia e inovação, bem como mobilizar as competências e recursos em todo o País, favorecendo maior interação entre universidades, institutos de pesquisa, agências de fomento e setor privado.
 7. Aprimorar e acelerar a implementação da estratégia brasileira de inserção na economia do conhecimento, integrando a política econômica com as políticas de desenvolvimento produtivo e de ciência, tecnologia e inovação. Enfatizar os setores em que a sustentabilidade está ameaçada e os setores nos quais o Brasil possui vantagens comparativas. Destacam-se a biotecnologia, nanotecnologia, biodiversidade e recursos naturais, agronegócio, energias renováveis, etanol de primeira, segunda e terceira geração, petróleo e gás, tecnologias da informação e comunicação, em especial a TV Digital, serviços e logística; alternativas de meios de transporte com menos impactos climáticos (veículos elétricos e híbridos); tecnologias de produção visando a redução do consumo de matérias-primas; tecnologias da construção visando a redução de consumo energético; biotratamento de esgotos e técnicas de saneamento.
 8. Acelerar os investimentos em pesquisa e inovação, tendo como foco o desenvolvimento da universidade, bem como o aumento da competitividade das empresas brasileiras, contribuindo para



o aumento das exportações com bens de maior valor agregado e maior conteúdo tecnológico.

9. Fomentar a ciência, tecnologia e inovação em setores prioritários como saúde, educação e cultura. O complexo industrial da saúde é um campo de alta intensidade de conhecimento e inovação que o Brasil possui competência técnica para desenvolver, especialmente, vacinas e novos fármacos para tratamento de doenças negligenciadas pela indústria farmacêutica, mas que afetam o Brasil e outros países. A dimensão educacional é central e deve contemplar os diferentes níveis educacionais, os incentivos ao aprendizado, a educação contínua e os processos de formação dentro das empresas. A utilização das TICs nas atividades culturais se mostram especialmente relevantes para o Brasil, um país de rica diversidade e densidade cultural. Dar novo alcance e dinâmica ao fomento das tecnologias sociais, englobando produtos, técnicas e/ou metodologias replicáveis, desenvolvidas com a comunidade e que representem soluções efetivas de transformação da sociedade. A tecnologia social tem como características o uso intensivo de mão de obra e insumos, implantação e manutenção simples e respeito e valorização da cultura local.
10. Implantar o Plano Nacional de Banda Larga de modo aumentar a conectividade e massificar o acesso à internet, tornando-o universal, com prioridade para as famílias de menor renda, e tornar possível a inserção de todos os municípios brasileiros

e da maioria da população na sociedade do conhecimento a custos acessíveis para todos. O livre acesso ao conhecimento e a sua circulação nas infovias permite dinamizar as atividades econômicas, sociais e culturais.

11. Mobilizar a sociedade brasileira visando criar uma cultura da inovação e do empreendedorismo técnico-científico, como chave para a construção de um país mais desenvolvido, mais justo e mais solidário, atuando fortemente nas instituições de ensino, nas empresas, nos sindicatos, nas associações de profissionais liberais, nos movimentos sociais, igrejas e órgãos de comunicação e nas redes sociais locais, setoriais e temáticas que hoje articulam milhões de pessoas na *web*.

4. Trabalho Decente e Inclusão Produtiva

A inclusão produtiva do conjunto da população ativa, por meio do trabalho decente³⁴, constitui um imenso desafio, mas ao mesmo tempo um vetor estratégico para a sustentabilidade do desenvolvimento.

³⁴A definição de trabalho decente desta Agenda é baseada no conceito da Organização Internacional do Trabalho, que aponta como pilares: 1) Respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; eliminação do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); 2) Promoção de emprego de qualidade; 3) Extensão da proteção social; 4) Diálogo social.



A desigualdade de renda está diretamente vinculada ao desequilíbrio em termos de inclusão produtiva. O País tem uma população ativa de 100 milhões de pessoas, mas um emprego formal de cerca de 41,4 milhões de postos, em abril de 2010. Em que pese mais de 12 milhões de empregos que foram gerados nos últimos sete anos³⁵ e a diminuição da informalidade no conjunto dos ocupados, ainda há muito espaço para ampliação do emprego, formalização, garantia da proteção social, diminuição das taxas de rotatividade e promoção de condições de trabalho adequadas no conjunto da economia.

O Brasil está no ápice da chamada “onda jovem” o que significa que o País não terá em nenhum outro momento um contingente tão expressivo de jovens em relação às demais faixas etárias. São 50 milhões de brasileiros entre 14 e 29 anos. Cerca de 66%, 35 milhões desses cidadãos, estão inseridos no mundo do trabalho. Essa realidade demanda políticas públicas específicas visando à educação e a formação profissional da juventude.

A inclusão produtiva envolve um conjunto articulado de iniciativas diversificadas em função das realidades locais, com forte envolvimento das esferas municipais e estaduais, tais como formação e capacitação, apoio a micro e pequenas empresas, ao empreendedorismo, ao cooperativismo, ao extrativismo sustentável e à expansão e fortalecimento da Economia Solidária.

³⁵ MTE-RAIS (2002-2008) e CAGED (2009-2010).

Os Conselheiros e Conselheiras apontam os seguintes eixos propositivos em relação ao trabalho decente e inclusão produtiva:

1. Garantir uma política permanente de valorização do salário mínimo como instrumento de construção do equilíbrio social e de melhoria da distribuição de renda. O objetivo é qualificar o emprego e o trabalho por intermédio da política de fortalecimento do poder de compra do salário mínimo, da formalização do trabalho com seguridade social e da formação profissional.
2. Avançar na constituição do sistema público de emprego, trabalho e renda, articulado com as políticas de formação, qualificação e certificação profissional, em consonância com a evolução tecnológica e dos novos padrões de organização da produção, considerando as dimensões de raça, gênero e geração.
3. Incentivar nas políticas de emprego novas formas relacionadas com a cultura, entretenimento e esporte. É preciso reinventar o emprego, na direção do conceito de atividade produtiva, econômica e socialmente significativa.
4. Fortalecer as políticas e programas de emprego com foco na juventude, incluindo os jovens produtivamente na sociedade, aumentando o potencial de desenvolvimento e reduzindo a demanda pelas políticas compensatórias ou emergenciais.



5. Fomentar novos empreendedores, cooperativas e micro e pequenas empresas como vetores de inclusão produtiva. Garantir crédito, aperfeiçoar o Simples³⁶, entre outras medidas. Deve-se buscar a articulação das iniciativas e políticas voltadas para as micro e pequenas empresas em um único órgão/entidade.
6. Promover o desenvolvimento local das redes produtivas e dos arranjos produtivos locais, com foco no fortalecimento das micro e pequenas empresas e empreendimentos associativos.
7. Criar mecanismo de apoio e fomento à economia solidária, considerando-a como uma estratégia de desenvolvimento e avançando nos eixos de financiamento e crédito, comercialização, formação e assistência técnica, marco jurídico, cooperação internacional, acesso às tecnologias, apoio às redes e cadeias produtivas e políticas públicas.
8. Aperfeiçoar os programas de transferência de renda condicionada, articulando-os às políticas de geração de emprego, trabalho e renda e de desenvolvimento local.
9. Implementar a Agenda Nacional do Trabalho Decente (ANTD), pactuada entre o governo, organizações de empregadores e de trabalhadores, por meio do Plano Nacional de Trabalho Decente estabelecido, monitorado e periodicamente avaliado e atualizado.

³⁶ Simples Nacional é um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na Lei Complementar nº123, de 14.12.2006 aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte.

5. Padrão de Produção Para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Para o Brasil, um país dotado de recursos naturais e que busca se inserir de forma mais ativa nas trocas internacionais, o debate sobre o padrão de produção é estratégico. Formou-se um consenso entre os membros do CDES que o País deve aproveitar ao máximo as vantagens em *commodities* e as possibilidades do Pré-sal, mas também buscar novas opções, agregando valor aos bens primários e estimulando a indústria, tanto a que se volta para o mercado interno quanto a que se destina ao comércio exterior. A oportunidade de transformar setores intensivos em recursos naturais em áreas de médio e alto conteúdo tecnológico como agronegócio/indústria, siderurgia, indústria petroquímica, bioenergia, dentre outros é complementar e não substituta aos setores industrial e de serviços.

Desde 2003, atenção especial tem sido dispensada à construção da competitividade de longo prazo do setor produtivo brasileiro. Nesse sentido, foram lançadas a Política Industrial e Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), a Lei da Inovação e a Lei do Bem. Visando o fortalecimento da estrutura institucional de apoio à política industrial foram criados o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), instância de articulação público-privada, e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que junto com a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), todos no âmbito



do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), vêm construindo capacidade para a implementação da política industrial e de inovação que o País requer para uma inserção mais ativa no mercado internacional nesse novo ciclo de desenvolvimento.

Com o lançamento do Plano de Ação, Ciência e Tecnologia (PACTI), em 2007, e da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2008, reafirmou-se essa estratégia, com foco na ampliação da taxa de investimento da economia; ampliação das exportações; e fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas inovadoras.

É notório que as políticas industrial, de comércio exterior e de inovação do País estão intrinsecamente ligadas na nova estratégia de desenvolvimento delineada pelo governo e apoiada pela sociedade civil.

Os Conselheiros e Conselheiras apontam os seguintes eixos propositivos:

1. Consolidar a Política Industrial de longo prazo, sob liderança do setor privado, comprometida com a estruturação e expansão de um sistema produtivo competitivo, que saiba aproveitar as oportunidades abertas pelo mercado interno para investir e criar empregos e que tenha como referência os padrões de produtividade do mercado internacional.
2. Integrar e fortalecer as cadeias produtivas, com ênfase nos setores competitivos e nos setores estratégicos para o novo ciclo de desenvolvimento. Um exemplo é a construção civil que envolve

um amplo conjunto de indústrias fornecedoras de materiais, estimula a indústria de mobiliário e movimenta uma extensa rede de serviços, sendo um importante vetor de criação de empregos, de geração de renda e de desenvolvimento regional.

3. Formular e implementar uma política industrial específica que assegure amplo conteúdo nacional na exploração do Pré-sal e no desenvolvimento da sua cadeia produtiva, dada sua importância e dimensão. O CDES deve continuar contribuindo para este objetivo.
4. Apoiar a institucionalidade das instâncias criadas no âmbito da PDP, fortalecendo e ampliando a capacidade de coordenação de políticas e integração de instrumentos, otimizando o uso de recursos públicos.
5. Incentivar as inovações estimulando as parcerias entre universidades e empresas, os programas de criação de incubadoras, de parques tecnológicos, de empresas nascentes de base tecnológica e de pequenas empresas inovadoras como forma de assegurar a adoção de novas tecnologias, condição necessária para o aumento da produtividade das empresas brasileiras e a inserção mais ativa do Brasil no novo cenário que desponta para as economias nacional e global.
6. Valorizar a indústria de transformação como propulsora de efeitos dinâmicos na economia brasileira e papel chave para a expansão do emprego, da renda e da inovação.



7. Fortalecer a internacionalização das empresas brasileiras, com presença, de maneira especial, na Ásia, América Latina, Caribe e África, mercados em expansão e nos quais o Brasil tem maiores vantagens competitivas.
8. Fortalecer a integração produtiva com os países da América Latina e Caribe, estimulando as economias e o comércio na região, vetor fundamental da política externa brasileira.
9. Promover ambiente adequado para os investimentos privados, de forma a fortalecer a competitividade, a eficiência e o acesso aos mercados internacionais, impedir a degradação do meio ambiente e combater a precarização do trabalho.
10. Criar sinergia entre o investimento público, comandado pelas estatais, e o privado, com o objetivo de criar grupos nacionais dotados de poder financeiro, com capacidade de competição nos mercados mundiais, comprometidos com as metas de desenvolvimento do País.
11. Criar mecanismos que induzam o investimento produtivo e zelar para que parte substancial da produção seja canalizada para o mercado interno de consumo popular, com geração de emprego e renda.
12. Favorecer a alocação da poupança pública e privada em instrumentos que alavanquem o crescimento e o desenvolvimento.
13. Fortalecer e aperfeiçoar a institucionalidade dos marcos regulatórios, das instituições e das políticas, reduzindo a

incerteza e evitando que os órgãos de controle, em sua legítima e importante atuação, definam padrões onde deficiências regulatórias se materializam, e evitando também que os gestores abandonem a postura empreendedora.

14. Tornar obrigatória nas indicações de medidas extremas, como paralisação de investimentos e obras, a avaliação de impactos, prejuízos e consequências de várias ordens para a sociedade, como insumo para decisão e responsabilização, no caso de erros nas indicações do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas³⁷.

6. O Potencial da Agricultura

O Brasil tem mais de 150 milhões de hectares de terra agricultável a serem incorporadas no processo produtivo, mais que o dobro do que é utilizado hoje para as lavouras temporária e permanente somadas, constituindo a maior reserva de solo do planeta. Os recursos hídricos estão entre os mais abundantes, tanto em águas de superfície, como nos aquíferos Guarani e Alter do Chão.

Cerca de 30 milhões de pessoas vivem no campo e somente a agricultura familiar emprega mais de 10 milhões de pessoas.³⁸ A

³⁷ Parecer do CDES sobre Investimentos, aprovado na 32ª Reunião do Pleno, 09/12/2009.

³⁸ IPEA – PNAD 2008, Primeiras Análises, Setor Rural – 29 de Março 2010 – Comunicados n. 42.



agricultura é um eixo estratégico de grande importância para o desenvolvimento do País, dada essa disponibilidade de terra e de água e número de cidadãos brasileiros beneficiados, além do clima ameno, do acúmulo de capacidade tecnológica, da diversificação crescente do mercado externo e interno.

O País é o terceiro produtor de alimentos do mundo e poderá ser o primeiro. A ciência brasileira está fazendo o desenho de uma nova agricultura sustentável, menos dependente dos insumos, com maior produtividade baseada na biotecnologia e na nanotecnologia. A sustentabilidade vem se tornando indispensável na comercialização e agregação de valor dos produtos e o Brasil tem condições de avançar e ter o agronegócio mais sustentável do mundo.

A agricultura familiar, responsável por cerca de 70% da produção dos alimentos³⁹ e a policultura de pequena escala necessitam de um sistema integrado de apoio. Os avanços têm sido muito significativos, em particular com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujo montante disponibilizado por ano agrícola vem crescendo desde 2003 num ritmo mais acelerado do que nos anos precedentes. Os recursos do programa passaram de R\$ 2,4 bilhões no ano agrícola 2002/2003 para R\$ 13 bilhões em 2008/2009, em suas diversas linhas de crédito para custeio, investimento e comercialização. Isto trouxe, indiretamente, benefícios como assistência técnica, direito aos programas de seguro agrícola e aos programas de comercialização

³⁹ IBGE, dados do Censo Agropecuário 2006.

do governo federal.⁴⁰ O Pronaf tem ainda linhas especiais para mulheres, agroecologia, semi-árido, florestas e comercialização, o que mostra o seu potencial transformador da realidade brasileira.

Porém, ainda persistem grandes iniquidades no campo. Cerca de 37% dos trabalhadores da agricultura nunca tiveram acesso à escola e 42% não concluíram o ensino fundamental.⁴¹

Constituem norte para este eixo estratégico para o País, a evolução para mais qualidade e eficiência nos processos produtivos, maior respeito nas relações de trabalho, incorporação efetiva das dimensões ambientais no conjunto das atividades, incremento tecnológico e maior equilíbrio de nível técnico entre os diversos tipos de agricultura.

Os Conselheiros e Conselheiras apontam os seguintes eixos propositivos:

1. Promover desenvolvimento e acesso à tecnologia e inovação aos diversos tipos de agricultura – grandes, médios e pequenos agricultores -, pecuária, pesca e extrativismo sustentável. Aperfeiçoar os processos produtivos, de forma a agregar valor aos produtos agrícolas.
2. Tornar a cadeia agrícola de excelência produtiva, social e ambiental, com incorporação do conceito do trabalho decente

⁴⁰ BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES. Dados atualizados até BACEN: Até 06/2009; BANCOOB Até 04/2010; BANCO COOPERATIVO SICREDI: Até 04/2010; BASA: Até 10/2009; BB: Até 04/2010; BN: Até 03/2010 e BNDES: Até 07/2006 - Últimos três meses sujeitos a alterações.

⁴¹ IBGE, 2006.



e verde, contribuindo para a economia do País. Combater o desmatamento ilegal na Amazônia, no Cerrado e outros biomas sensíveis, a destruição de matas ciliares, o uso de mão de obra escrava, o uso de produtos químicos sem proteção adequada para os trabalhadores, não só no local de produção, mas em toda a cadeia, desde a venda de insumos até o acesso ao crédito e ao circuito comercial.

3. Racionalizar o uso dos recursos hídricos, evitando desperdícios e contaminação por agrotóxicos. Incentivar o uso das tecnologias sustentáveis na produção agropecuária em geral.
4. Garantir o acesso à população do campo aos bens públicos (educação, saúde, habitação e infraestrutura), incluindo-a efetivamente no projeto de desenvolvimento do País.
5. Buscar o entendimento integrado e sistêmico da agricultura familiar, do extrativismo sustentável e da grande produção, aproveitando o potencial e vocação dos diversos sistemas produtivos e as sinergias possíveis.
6. Promover um sistema integrado de serviços de apoio à agricultura familiar - assistência técnica, comercialização, acesso a informações de mercado e a sistemas de crédito. Remunerar os agricultores familiares pela utilização de tecnologias sustentáveis, na medida em que cumprem uma função relevante na preservação dos recursos naturais, prestando um serviço que beneficia toda a sociedade.
7. Desenvolver e fortalecer os mecanismos de apoio ao extrativismo sustentável, que é vetor de desenvolvimento local e de preservação ambiental.

8. Democratizar o acesso a terra em escala e qualidade suficientes para um processo virtuoso de melhoria da produção, inclusão social e geração de renda.

7. O Papel das Infraestruturas: Transportes, Energia, Comunicação, Água e Saneamento

Levando em conta as dimensões territoriais do Brasil, o papel das infraestruturas é essencial para sustentar o novo ciclo de desenvolvimento e melhorar a competitividade da economia brasileira no mercado internacional. Tratam-se aqui de iniciativas que vão além do poder decisório da empresa, pois exigem grandes investimentos, precisam ser organizadas em redes coerentes, geram efeitos difusos e os retornos econômicos são de longo prazo. Pelo seu efeito estruturante e o impacto que irradia sobre o conjunto das atividades, esta área deve ser vista como um dos grandes eixos estratégicos. Entram aqui, tradicionalmente, os setores de logística de transportes, mobilidade urbana, energia, comunicações e água/saneamento, redes que devem ser capilares e universais.

Mesmo considerando os recentes avanços do PAC I e do PAC II, é necessário expandir consideravelmente os investimentos em infraestrutura e aumentar a velocidade da execução dos projetos. No Brasil persistem entraves à intensificação do ritmo de crescimento da economia em decorrência de escassez de oferta e ineficiência em setores de logística de transporte, comunicações e energia. O País



avançou, mas precisa melhorar a capacidade técnica e tecnológica, aperfeiçoar os marcos regulatórios e os procedimentos burocráticos, aperfeiçoar a qualidade e ampliar a quantidade dos projetos básicos e executivos e criar mecanismos de financiamento público e privado, para atender à crescente demanda por recursos para investimentos.

A necessidade de construir a infraestrutura para eventos internacionais como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 é oportunidade para melhorar a capacidade de planejamento, implementação de grandes obras e construir um legado para as cidades e territórios sedes desses eventos.

Entre os eixos propositivos os Conselheiros e Conselheiras apontam:

1. Ampliar os recursos para a infraestrutura e agilizar a implementação do investimento público, modernizando a gestão pública, o ambiente institucional e os procedimentos burocráticos e, sempre que possível, executar os empreendimentos em parceria com o setor privado, colocando em prática instrumentos como concessões, outorgas e parcerias público-privadas.
2. Consolidar a legislação das agências reguladoras na qualidade de agentes do Estado, fortalecendo o conceito de autonomia e independência, com funções e responsabilidades claras e introduzindo instâncias de soluções de conflitos.⁴²

⁴² Termo de Referência do Grupo de Trabalho do CDES “Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento” aprovado na 20ª Reunião do Pleno, 05/12/2006.

3. Aprimorar a Lei de Licitações. Modernizar a Lei nº 8.666/93, separando as grandes obras e grandes compras de investimentos das compras rotineiras, que poderiam ter padrões definidos em termos de opções de projetos, modelos de convênio e estrutura de governança. É preciso garantir que a execução e o controle dos investimentos públicos ocorra em ambiente com segurança jurídica e transparência, na velocidade requerida pelo processo de desenvolvimento do País.
4. Melhorar a qualidade do licenciamento ambiental. A sustentabilidade ambiental é uma variável central na definição e realização de obras de infraestrutura. Portanto, a melhoria da qualidade do licenciamento ambiental requer a desburocratização e a transparência nos processos, a incorporação de especialistas de meio ambiente nos órgãos executores de projetos de infraestrutura, fortalecimento institucional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), assim como a regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal, objetivando eliminar a superposição de competências na área ambiental.
5. Acelerar a construção, reforma, ampliação e modernização dos aeroportos, conforme previsto no PAC. Definir os instrumentos para a integração do setor de aviação civil com o de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, em articulação com a política de desenvolvimento regional. Melhorar o sistema



- de gestão dos aeroportos brasileiros e de controle de tráfego aéreo. Criar mecanismos para o aperfeiçoamento contínuo da gestão de aeroportos e do sistema de controle de tráfego aéreo, levando em conta as melhores práticas internacionais.
6. Ampliar a capacidade e melhorar a eficiência portuária brasileira. Assegurar os recursos necessários para ampliar a capacidade portuária para absorver a demanda pelo transporte de cargas por via marítima e fluvial, bem como melhorar significativamente a eficiência portuária brasileira.
 7. Readequar a matriz de transporte de mercadorias. Resgatar os estaleiros navais, dinamizar o transporte de cabotagem, promover articulação intermodal com grandes eixos ferroviários de integração para o interior.
 8. Redefinir e reestruturar a matriz de transporte de passageiros, principalmente nas grandes e médias cidades. Adotar programas de mobilidade urbana sustentável para favorecer o transporte coletivo de massa – preferencialmente movidos a biocombustíveis -, a expansão de ciclovias e o deslocamento a pé em estreita articulação com os projetos de desenvolvimento urbano e de uso do solo. Priorizar o transporte de média ou longa distância, com trens de alta velocidade movidos a eletricidade, contribuindo para a economia de baixo carbono.
 9. Integrar os órgãos e entidades do setor de logística de transporte para melhorar o planejamento e a execução de projetos e buscar a intermodalidade. Promover a integração entre os órgãos, agências e entidades do setor de logística de transportes, sob coordenação do Conselho Nacional de Integração de Transportes.
 10. Baratear os custos de energia e de combustíveis. Realizar estudos para viabilizar a redução das tarifas de energia e praticar a modicidade tarifária, considerando os encargos que incidem sobre as tarifas de energia elétrica e de combustível, inclusive a carga tributária.
 11. Ampliar e melhorar as ações de eficiência energética. Expandir os objetivos e metas de eficiência energética no País, melhorar a capacidade de gestão e integração das agências envolvidas, ampliar os recursos humanos, técnicos e orçamentários, bem como os mecanismos de financiamento para o setor privado e os fundos setoriais.
 12. Aperfeiçoar os estudos e projetos para expansão da oferta de energia hidrelétrica. As maiores disponibilidades de energia hidráulica no Brasil estão localizadas na Amazônia, o que requer a realização de estudos aprofundados e projetos de engenharia muito criteriosos, que levem em conta os riscos ambientais, antropológicos e sociais. Estes estudos devem ser acelerados e seus resultados amplamente debatidos na sociedade brasileira, a fim que ela possa fazer uma escolha adequada avaliando os custos e benefícios de ampliar a oferta de energia hidrelétrica em região sensível para atender uma demanda crescente, ou investir em energia térmica movida a carvão e derivados de petróleo com elevados custos econômicos e ambientais.



13. Expandir as energias renováveis na matriz energética. Priorizar a realização de leilões para diversificação e ampliação da oferta de fontes de energias renováveis, de forma a incorporar progressivamente a energia eólica, solar, de biomassa e de reciclagem de lixo em nossa matriz energética. Avaliar a relevância de introduzir incentivos tributários e financeiros para energias limpas e renováveis.
14. Ampliar a oferta de energia nuclear, desde que estejam equacionadas preliminarmente as questões relacionadas à segurança dos trabalhadores e da população residente no entorno das usinas e ao armazenamento e disposição dos dejetos radioativos.
15. Aumentar a produção e exploração de petróleo e gás natural, com ênfase nas reservas da província petrolífera da camada do pré-sal, considerando os novos marcos regulatórios, o incentivo à formação de cadeia de fornecedores nacionais com competitividade internacional e adotando tecnologias que garantam a exploração, a produção e o refino da maneira mais sustentável possível, de modo que o Brasil possa liderar a produção global de hidrocarbonetos sustentáveis.
16. Promover uma melhoria substantiva nos processos de gestão das águas no Brasil, com forte articulação e integração entre as três esferas de governo e ampla participação da sociedade civil, especialmente nos comitês de bacias.
17. Expandir os investimentos em saneamento básico. Fortalecer a articulação interfederativa, criar mecanismos ágeis de financiamento

e melhorar a capacidade técnica e gerencial das empresas de saneamento e prestadores de serviços, visando universalizar o acesso ao saneamento ambiental básico com qualidade na prestação dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais urbanas.

18. Construir infraestrutura com vistas à integração com a América do Sul. Ampliar os mecanismos de financiamento e expandir os projetos de integração na América do Sul, sobretudo nas áreas de transporte, energia e comunicações, visando melhorar as correntes de comércio e as condições de vida da população e contribuindo para o desenvolvimento regional.

8. Sustentabilidade

O desafio ambiental tem dimensões globais e envolve questões como a mudança do clima, o esgotamento dos recursos naturais, a contaminação das águas, o desmatamento, a perda de biodiversidade, o desperdício de recursos e o excesso do lixo produzido pelas pessoas.

A mudança necessária para um padrão de desenvolvimento mais sustentável exige a convergência de um conjunto de atores sociais e institucionais, a educação ambiental, o reforço à pesquisa e inovação, a mudança na visão da mídia e das mensagens publicitárias, a mudanças na matriz energética, na organização urbana, no tratamento de esgotos e de resíduos sólidos, na racionalização do uso das matérias primas, nos padrões de



consumo e no mundo do trabalho. Implica geração de complementaridades nos processos produtivos, adequação dos procedimentos e generalização de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente.

A Amazônia brasileira compreende 60% do território nacional e abriga 25 milhões de habitantes, a maioria morando em áreas urbanas. Pode ser vista como o maior complexo geoambiental do mundo, dada sua variedade de recursos naturais, como os minérios, a biodiversidade, os maciços florestais e a infinidade de água doce terrestre e subterrânea. Cada vez mais, a ciência revela a importância da região para o ambiente global.

O CDES defende que o Brasil continue avançando para uma economia verde e de baixas emissões de carbono, aproveitando a posição privilegiada em termos de produção de energias limpas, a dotação de recursos naturais e rica biodiversidade, incluindo a maior cobertura florestal do mundo, cuja preservação e exploração nacional interessa a todos os povos. O Conselho considera que o Brasil possui vantagens naturais, competitivas e políticas para exercer um papel de liderança no esforço mundial de mitigação da emissão de gases de efeito estufa e de outros temas vinculados à sustentabilidade ambiental.

Para os Conselheiros e Conselheiras são propostas neste sentido:

1. Promover a cultura da sustentabilidade no âmbito do Estado, das empresas, dos movimentos sociais, dos meios de comunicação, das instituições de ensino e da população, buscando generalizar uma visão sistêmica e de longo prazo.
2. Implementar e ampliar ações para eficiência energética e uso

racional de água, o combate ao desmatamento, as construções sustentáveis, o aumento da participação do transporte ferroviário, hidroviário, dutoviário e de esteiras na matriz de transportes brasileira, a incorporação crescente de energias renováveis na matriz energética e a redução das emissões de gases de efeito estufa nos setores da indústria brasileira que mais emitem GEE e consomem energia.

3. Priorizar investimentos em ciência e tecnologia e inovação visando ao aumento da eficiência energética e a produção de bens e serviços mais eficientes e sustentáveis.
4. Conceder incentivos fiscais para máquinas, equipamentos e transformadores mais eficientes, e promover a aceleração da depreciação contábil para máquinas e equipamentos antigos, com elevado consumo de energia.
5. Incentivar que os condicionantes ambientais, de geração de empregos verdes, de uso de tecnologias socialmente apropriadas e ambientalmente sustentáveis façam parte dos critérios para financiamento, isenção fiscal ou subvenção.
6. Garantir que as ações para implementação da economia verde resultem na geração de mais empregos, que só poderão ser considerados verdes se corresponderem a um conceito de trabalho decente e ao modelo de desenvolvimento sustentável.
7. Inserir o zoneamento agroecológico em uma política nacional que busque a sustentabilidade ambiental, econômica e social



coerente com o processo de organização do território brasileiro, e que contemple de forma efetiva a proteção dos biomas sensíveis.

8. Desenvolver o potencial do manejo florestal com políticas de financiamento pesquisa e inovação, logística e estruturação de cadeias de suprimento, produção e escoamento.
9. Incentivar a adoção de tecnologias e métodos produtivos sustentáveis nos padrões de produção agropecuária e em outras dimensões do uso do solo.
10. Promover o desenvolvimento da Amazônia considerando a complexidade da realidade regional, identificando opções que sejam inclusivas, rentáveis para a economia e sustentáveis para o meio ambiente. Isso requer uma clara visão territorial e um forte compromisso com o futuro das próximas gerações.
11. Regular as atividades econômicas na Amazônia de modo a priorizar as áreas desmatadas, o aumento de produtividade e o máximo aproveitamento da infraestrutura existente. A logística de escoamento deve ser a mais competitiva e menos agressiva ao ambiente amazônico, como as hidrovias. A crescente demanda por madeira e carvão vegetal deve ser suprida pelo reflorestamento por espécies nativas, sempre que possível, e até mesmo por espécies exóticas, evitando o desmatamento.
12. Implementar um esforço conjunto para o acompanhamento e cumprimento efetivo das metas voluntárias brasileiras de mitigação da

emissão de gases de efeito estufa, envolvendo o governo e os diferentes setores da sociedade. Para isso é necessária a regulamentação da Lei de Mudança do Clima, com a qual o CDES se dispõe a contribuir.

13. O CDES sugere que sejam incorporados os princípios e conceitos de cidades sustentáveis nas sedes da Copa do Mundo de 2014 e na sede dos Jogos Olímpicos de 2016, enfatizando construções sustentáveis, o transporte coletivo de massa e o uso amplo de energias renováveis, visando reduzir a emissão de CO₂, melhorar a mobilidade urbana e a qualidade de vida nas cidades, e utilizar esse modelo como padrão futuro para todas as cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes.

9. Consolidação e Ampliação das Políticas Sociais

As políticas sociais buscam a garantia e acesso aos direitos fundamentais dos cidadãos; a geração de oportunidades e de resultados para indivíduos e/ou grupos sociais; e a garantia de segurança ao indivíduo em situações de dependência ou vulnerabilidade.

A transformação das políticas sociais em políticas de Estado se justifica pelos seus aspectos de promoção e proteção social. Mas essas políticas têm também uma importante dimensão econômica. Projetado o desempenho brasileiro alcançado em termos de diminuição da pobreza e



da desigualdade nos últimos cinco anos, o Brasil pode superar o problema de pobreza extrema, assim como alcançar uma taxa nacional de pobreza absoluta de apenas 4% até 2016.⁴³ O nível de renda nos segmentos mais pobres progride, mas a desigualdade de renda evolui mais lentamente, por ter um ponto de partida muito baixo na base da pirâmide social. Persistem desigualdades sociais, regionais, de gênero e de raça. Sendo assim, é essencial expandir o conjunto de políticas públicas e atividades privadas que favorecem a equidade social e regional.

As políticas sociais devem dinamizar o acesso democrático e de qualidade aos serviços básicos. É necessário um esforço generalizado de universalização e melhoria da qualidade dos serviços públicos. No caso da Educação e da Proteção Social, ampliação do financiamento, gestão eficiente, governança participativa e políticas afirmativas podem corrigir desigualdades históricas e o Estado tem um papel fundamental a desempenhar neste processo. No caso da Saúde, a questão da persistência das desigualdades sociais é mais séria e merece uma atenção especial, não só do Estado e de governos em todos os níveis, mas também da sociedade.

A inclusão social envolve o acesso à renda e aos serviços públicos e o direito de se apropriar da construção das políticas. Neste sentido, políticas descentralizadas constituem forma privilegiada de organização. Ao mesmo tempo, as parcerias, consórcios intermunicipais,

⁴³ IPEA – *Pobreza, Desigualdade e Políticas Públicas* – 12 de janeiro de 2010, Comunicado da Presidência n. 38 – p. 8 <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>.

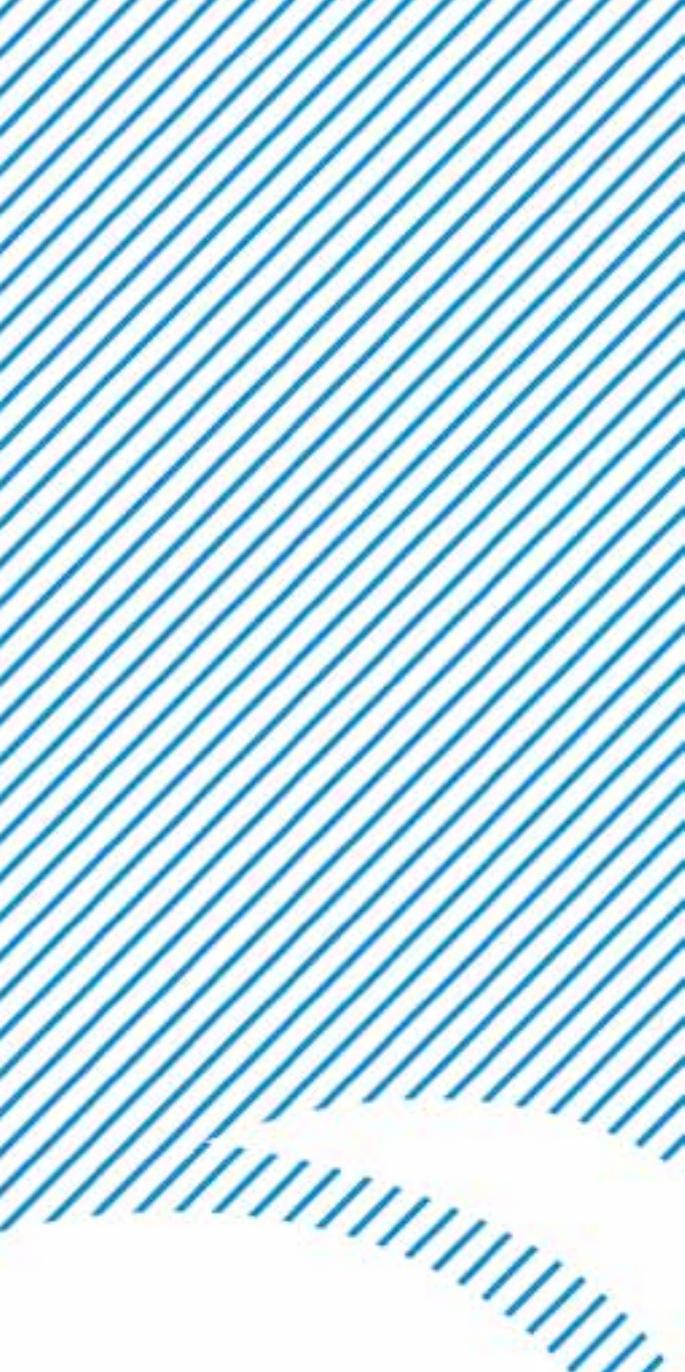
cofinanciamento de programas, sistemas compartilhados de informação e outros mecanismos permitem democratizar gradualmente os processos decisórios sem fragmentar as políticas.

O conjunto das políticas sociais tende a se tornar o principal eixo de atividades na sociedade moderna. Neste sentido os Conselheiros e Conselheiras propõem:

1. Contemplar a redistribuição da renda e da riqueza, a promoção da equidade e a garantia de políticas universais baseadas em direitos integrais que afetam o conjunto das dimensões que definem a qualidade de vida.
2. Garantir seguridade econômica por meio de transferências condicionadas e/ou renda universal básica capaz de prover os núcleos familiares e os indivíduos de um mínimo de ativos.
3. Considerar a dimensão social indissociável da dimensão econômica para financiamento de projetos e empreendimentos, considerando as necessidades do território onde são executados.
4. Aperfeiçoar a governança do sistema de proteção social para articular as políticas e programas entre entes federados e a sociedade civil.
5. Fortalecer a institucionalidade das políticas sociais. Assegurar que as políticas sociais implantadas nos últimos anos sejam transformadas em políticas de Estado, no âmbito do Congresso Nacional.



6. Promover a ação integrada dos três níveis de governo, nas áreas urbanas/metropolitanas com elevada vulnerabilidade social, visando dotá-las de condição digna de cidadania.
7. Consolidar os sistemas públicos de políticas sociais como o Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), de habitação, entre outros.
8. Modernizar os sistemas de gestão em saúde, tanto para os serviços públicos, quanto privados. Esse processo de inovação deve promover contextos mais eficientes e eficazes, tanto no âmbito da gestão de sistemas, quanto de unidades, superando a enorme defasagem dos instrumentos e práticas gerenciais em saúde.
9. Ampliar os gastos públicos em saúde para viabilizar a expansão e a regionalização da rede de serviços visando à universalização, a equidade e a integralidade.
10. Garantir à juventude o direito ao emprego, renda, educação, saúde, cultura, esporte e lazer. Consolidar as políticas públicas de juventude e promover a integração entre políticas específicas e direcionadas para determinados estratos juvenis com as políticas universais.



Apêndices

- 1. Apresentação da ANC na 34ª Reunião Plenária do CDES**
- 2. ANC: processo de diálogos regionais**



Apêndice 1

Apresentação da ANC na 34ª Reunião Plenária do CDES

Apresentação dos Conselheiros(as) durante a 34ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES em que a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento foi aprovada por unanimidade.

CONSELHEIRO PAULO SIMÃO

Senhor Presidente, senhores ministros, caras conselheiras e caros conselheiros, membros da imprensa, senhoras e senhores.

Há cerca de dois anos, os membros do CDES vêm debatendo o futuro do país, a partir de uma visão bem otimista, motivada principalmente pelos bons resultados econômicos, sociais e políticos obtidos pelo Brasil nos últimos anos.

São alguns sinais deste bom momento: a estabilidade econômica; a inflação sob controle; as reservas cambiais confortáveis; o prestígio internacional em alta; um olhar interessado e estimulante que o mundo lança para as nossas potencialidades; um mercado interno fortalecido, fruto do aumento da renda da população e da inserção de alguns milhões de brasileiros no nosso mercado consumidor. Enfim, o nosso país exhibe hoje condições básicas para se tornar uma das mais importantes nações do planeta.

O resultado deste amplo debate está representado por este trabalho que será entregue à Vossa Excelência hoje, com o título de “A Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento Brasileiro”. E esta agenda, senhor Presidente, aponta para os grandes desafios e oportunidades que farão parte do dia a dia do Brasil nos próximos anos.

O primeiro grande eixo-prioritário e estruturante é o da EDUCAÇÃO, na sua mais ampla dimensão, inclusive em relação aos mais novos conceitos da sociedade do conhecimento. E aqui vale a pena destacar a ênfase maior que se deu à questão da qualidade na educação.

Depois, o trabalho aborda o eixo que trata do tão debatido “papel do Estado”.

Repito aqui as palavras que Vossa Excelência disse na semana passada em Maceió, durante a abertura do nosso Enic - O Encontro Nacional da Construção: “O Estado não pode ser empresário, mas tem que ser fiscalizador e regulador. A arte de governar é a arte de fazer com que o governo aja rápido na hora que tem que agir. O Estado tem que ser o indutor dos investimentos”.



Há consenso com a postura de Vossa Excelência. Entendemos que deveremos ter um Estado forte e representativo no cumprimento de suas funções constitucionais básicas, como a educação, a segurança pública e a saúde, e também um Estado capaz de induzir, estimular e animar a sociedade em geral, na busca do desenvolvimento sustentável. E, claro, um Estado que reúna os instrumentos e ferramentas capazes de controlar e orientar as atividades econômicas, sociais e políticas que regem a nação.

Além disto, é fundamental não descuidar da estabilidade fiscal, lutar pelas reformas política, tributária e do judiciário, promover um amplo debate sobre os rumos da previdência social, aproveitando inclusive os benefícios do “bônus demográfico”, que nos dá pelo menos 15 ou 16 anos para que façamos nossos ajustes.

Para alcançarmos esses resultados, é determinante que aprimoremos, de maneira geral, a gestão pública nos três diferentes níveis: federal, estadual e municipal.

A agenda, senhor Presidente e senhores ministros, trata também da transição da nossa economia para a era do conhecimento.

E aqui temos que fazer uma análise criteriosa da nossa posição em relação aos investimentos em ciência e tecnologia, inovação tecnológica, pesquisas científicas, que na realidade são muito baixos e não atendem aos interesses do país. Temos que aproveitar com competência o grande potencial que temos nas áreas da biodiversidade, dos recursos naturais, especialmente a água doce, enfim, particularidades que nos colocam em condições diferenciadas em relação aos nossos competidores em qualquer parte do mundo.

Outro eixo importante abordado no projeto diz respeito às políticas de emprego e renda, que abrangem todos os níveis da população, em especial a juventude, os micros e pequenos empresários, as redes e arranjos produtivos locais.

Um capítulo importante é dedicado à infraestrutura geral do país, que conta com uma agenda bem ampla e ambiciosa. O país precisa ampliar os investimentos públicos; criar boas e confortáveis condições para atrair os investimentos privados; estabelecer marcos regulatórios seguros e transparentes; melhorar o ambiente de negócios e aprimorar a qualidade do licenciamento ambiental, com a desburocratização e a maior transparência dos processos.

A agenda trata também do segmento do transporte, em todos os seus diferentes modais, inclusive aeroportos e portos; da ampliação da oferta de energia nas suas diversas formas, especialmente as energias renováveis; do saneamento básico e das questões do manejo e uso das águas, com destaque para o tema do desperdício da água tratada, que atinge no nosso país a média de 40% de perda.

Especial atenção deverá ser dada para a nossa agricultura, capaz de nos colocar em primeiro lugar, como maiores produtores de alimentos do planeta. Afinal, temos tecnologia e de quebra, a maior área agricultável do mundo.

E certamente, caras conselheiras e caros conselheiros, este novo ciclo de desenvolvimento de que trata a nossa agenda, terá que ser planejado, em todos os seus detalhes, obedecendo os mais modernos e atuais conceitos e práticas que envolvem o desenvolvimento com sustentabilidade nas áreas ambiental e social. Temas como a mudança climática, esgotamento dos recursos naturais, contaminação das águas, desmatamento, perda de biodiversidade e também a consolidação das políticas e práticas sociais, deverão ser constantes em todo o processo de desenvolvimento que se quer buscar.



E finalmente, senhor Presidente, o eixo que cuida do Padrão de Produção para este novo ciclo de desenvolvimento. Um padrão que cria a oportunidade de transformar setores intensos em recursos naturais, como algumas *commodities*, em setores de médio e alto conteúdo tecnológico, como: o agronegócio, a siderurgia, indústria petroquímica, bioenergia, dentre outros. Um padrão capaz também de consolidar políticas industriais de longo prazo, valorizar a indústria de transformação, integrar e desenvolver as cadeias produtivas, como a da construção civil, por exemplo.

O Conselho, senhor Presidente, também debateu alguns outros temas extremamente relevantes, sobre os quais não houve consenso e que ainda demandam mais estudos e debates. Entre esses temas posso citar a redução da jornada de trabalho; a implementação da resolução nº 158 da OIT; a proposta de tributação das grandes fortunas e de heranças ou ainda a redução da tributação sobre a folha de pagamento das empresas.

Em resumo senhor Presidente, e já concluindo minha exposição, esta é a visão que este conselho consultivo apresenta ao Senhor e ao País, através desta agenda para o novo ciclo de desenvolvimento que o Brasil deve vivenciar nos próximos anos.

Esperamos que esse conjunto de propostas se transforme em um importante e útil instrumento para o governo de Vossa Excelência, e para os futuros dirigentes deste nosso País. Muito obrigado.

CONSELHEIRO ARTUR HENRIQUE

Queria cumprimentar inicialmente o Presidente Lula, nosso Vice-presidente José de Alencar, Ministro Padilha, Ministro Guido Mantega em nome do qual

eu cumprimento a todos os ministros aqui presentes. Cumprimentar a todos os conselheiros, conselheiras e convidados.

Presidente, a minha tarefa nesses 10 minutos é fazer um breve relato acerca do processo de construção dessa Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento que, como já foi aqui anunciado, nós partimos de um novo patamar. Estamos absolutamente convencidos de que essa é uma primeira constatação importante, estamos vivendo um novo patamar, um novo momento, e esse novo momento se traduz, não só nos números, não só nas exposições, não só nos resultados, mas principalmente nessa possibilidade real de estar construindo, de fato, um novo modelo de desenvolvimento, uma nova realidade econômica e social no Brasil.

E esse novo modelo, essa nova realidade econômica e social no Brasil é fruto, inclusive, das escolhas, das decisões políticas, das ações do Governo, mas também das ações dos atores sociais. E nesse sentido, esse Conselho tem tido um papel fundamental.

Quero dar um exemplo que foi durante o auge da crise de 2008, a implementação no Conselho de uma agenda positiva para o enfrentamento da crise, que foi fundamental para que construíssemos um patamar de unidade entre os vários atores sociais aqui presentes para enfrentar a crise e ter o resultado que acabamos de ter nesse momento.

Esta agenda, Presidente, iniciou-se com a construção, a partir de uma pesquisa feita pela nossa equipe do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que já parabeno, com todos os conselheiros e conselheiras. O fruto dessa pesquisa foi sistematizado em um primeiro documento que foi disponibilizado para todos os conselheiros e conselheiras. Esse primeiro documento foi depois debatido, discutido, amplamente consensuado,



negociado, porque não basta apenas escrever um texto e dizer: essas são as minhas posições, posição da CUT, posição do ator social, posição de determinado setor econômico. É preciso construir um processo de concertação e de diálogo social que no Brasil é muito novo.

Essa democracia nova brasileira não está acostumada com o diálogo social e acho que o Conselho está dando demonstrações de que é possível construir uma Agenda consensuada a partir das Oficinas que realizamos. Depois desse documento, do Seminário, dos vários colóquios, novas versões foram feitas, muito contato, muita discussão, muita negociação, ou seja, o resultado é um documento construído coletivamente, é um documento que prioriza o diálogo social, a democracia e o respeito às várias opiniões existentes dentro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

A Agenda para o Novo Ciclo, senhor Presidente, aponta a continuidade da luta pela diminuição e eliminação das desigualdades sociais, das desigualdades regionais, das desigualdades sociais em termos de raça, de gênero. Essa continua sendo a nossa perspectiva principal, a partir de duas estratégias principais, definidas por consenso pelos conselheiros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil. A primeira delas: a consolidação de um processo de expansão do emprego e da renda, com fortalecimento do mercado interno, ancorado em um modo de produção de consumo e de distribuição sustentáveis, construindo, portanto, uma primeira estratégia importante.

A segunda: fortalecer o protagonismo do Brasil na governança global, influenciando as negociações econômicas na reforma financeira internacional e nas negociações políticas em torno de um importante tema, que é o tema da paz mundial. Isso está retratado no nosso documento como a segunda estratégia importante do Conselho. Mas temos muitos desafios pela frente,

os desafios dessa Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, que estão resumidas em nove grandes eixos prioritários, já começam pelo próprio conceito de desenvolvimento. Nós queremos, por exemplo, debater novos indicadores. Olhar só para o PIB já não basta como resultado de um País. Se o país está ou não se desenvolvendo do ponto de vista social, político e econômico, a construção de novos indicadores econômicos, a construção de novos indicadores políticos, sociais, envolvendo IBGE, IPEA e outras organizações, vão poder fazer com que possamos construir, além do PIB, além do crescimento econômico, outros indicadores importantes para o futuro. Mais gostaria de falar desses nove eixos prioritários, que o Conselheiro Paulo Simão vai falar um pouco mais sobre eles, comentar apenas, muito rapidamente três deles.

O primeiro, sem sombra de dúvida, é aquilo que já foi falado aqui, repetidas vezes, **a importância do projeto estratégico colocado por este Conselho para a educação como tema central e tema fundamental do próximo período**. Importante, inclusive, a aprovação recente da mudança do marco regulatório e do fundo do Pré-sal para que nós possamos ter recursos para investir efetivamente na educação, na ciência e tecnologia, na pesquisa e, portanto, também, como fator fundamental estruturante da nossa Agenda. **O segundo é a prioridade da reforma política e da reforma tributária**. A necessária mudança na regressividade existente dos impostos no Brasil e o necessário debate cada vez mais acumulado entre nós, com muita discussão para construir uma proposta como prioritária de reforma política e de reforma tributária. **E o terceiro** é, sem sombra de dúvida, **a agenda do trabalho decente e inclusão produtiva**. Entendemos que a implementação que o Brasil vem fazendo e vai continuar fazendo, tenho certeza, da implementação da Agenda Nacional do Trabalho Decente, que tem quatro pilares. O primeiro: respeito às convenções da Organização Internacional do Trabalho, que envolve



liberdade sindical, fortalecimento da negociação coletiva, a eliminação do trabalho forçado, a eliminação do trabalho infantil, a eliminação de todas as formas de discriminação. O segundo elemento, o segundo pilar, a promoção de emprego de qualidade, mais e melhores empregos, portanto, é fundamental a implementação desse segundo pilar da agenda do trabalho decente. A extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social da forma como nós estamos, na prática, exercendo no Conselho de Desenvolvimento já desde do seu início em 2003. O fortalecimento de um sistema público de emprego, trabalho e renda que tenha como principais características a articulação entre a educação e a qualificação profissional, enxergando que nós temos que olhar a questão territorial, a questão do desenvolvimento regional como elementos fundamentais da construção destas propostas da agenda que vem sendo apresentada e que hoje a gente apresenta ao Presidente da República.

Fomentar novos empreendedores e cooperativas, articular e integrar as políticas para as micro e pequenas empresas, também foram questões aprovadas por consenso dentro desse debate coletivo que foi feito. O apelo e o fomento à economia solidária como ações fundamentais para pensar o Brasil com desenvolvimento, distribuição de renda e inclusão social.

Porém, nem tudo são flores, nem tudo é consenso. Ainda continuamos tendo desafios importantes no Conselho de Desenvolvimento para aprofundar o debate entre os vários atores sobre temas nos quais ainda não temos consenso, como por exemplo o tema da redução da jornada de trabalho, da desoneração da folha de salários, o tema dos impostos sobre grandes fortunas. Estes são temas que precisamos continuar a debater.

Como diria a filósofa popular dona Lindu: “é preciso teimar, teimar, teimar...”. E nós vamos continuar teimando no Conselho em colocar esses

temas como importantes para a construção de consensos e para a elaboração cada vez mais de propostas de uma agenda positiva para o País e, esperamos Presidente, que a partir dessa entrega, nós possamos ter o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social apontando para o sucessor do presidente Lula um documento que mostre, por um lado à importância do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social para a democracia brasileira, e por outro, que esse Conselho não só se reúne várias vezes em plenárias, colóquios, seminários, para debater, debater, debater, mas para apresentar propostas, apresentar sugestões e queremos, cada vez mais, o fortalecimento desse espaço de diálogo social e de democracia, implementado no seu governo e que com certeza terá continuidade no próximo governo. Muito obrigado.

CONSELHEIRO MARCELO NERI

Boa tarde a todos, boa tarde senhor Presidente, senhor vice-presidente, ministros, conselheiras e conselheiros.

Basicamente, o Conselho construiu, em 2005, a Agenda Nacional de Desenvolvimento, cujos principais eixos foram dois, ao meu entender: **redução da desigualdade e inserção internacional do País**. Pediram-me para falar um pouco sobre redução da desigualdade, só algumas palavras sobre inserção internacional.

Está muito claro que o Brasil dispõe hoje, de uma inserção internacional, de uma qualidade completamente diferente da que tínhamos em 2005. Ou seja, o primeiro objetivo, primeira linha mestra, foi cumprida ou avançamos bastante. Sobre a redução da desigualdade, se olharmos o Brasil de 2003 a



2008, observamos várias mudanças importantes e creio que a principal delas foi combinar crescimento com redução de desigualdade, mostrar que isso é possível.

O Brasil cresceu. A renda de cada brasileiro, 5,3% ao ano pela PNAD, é um pouco diferente do PIB. A PNAD dá um resultado mais auspicioso, até confio mais na PNAD, sem qualquer demérito, acho que o Brasil está crescendo mais de 5,3%. O resultado desse processo é que de 2003 a 2008, 19 ou 20 milhões de pessoas cruzaram a linha de pobreza; a pobreza caiu 43% em cinco anos, lembrando que nas metas do milênio o objetivo é a pobreza cair 50% em 25 anos. Então, caímos 43 em cinco, ou seja, estamos andando cinco vezes mais rápido do que as metas do milênio. É algo bastante louvável, poucos países estão cumprindo a meta, e nós andamos, nesse período, mais rápido do que os objetivos.

Em termos de incorporação de pessoas às classes A, B e C, o surgimento dessa nova classe média, foram 32 milhões de pessoas, meia população francesa, em cinco anos. Isso é resultado de você crescer a uma taxa forte, 5,3% ao ano. Você compõe isso em 25 anos e aumenta 250% a renda de cada brasileiro, então, fizemos isso em cinco, como não vínhamos fazendo há muito tempo. Seguimos nesse passo até 2008/2009. O que aconteceu em 2009? Foi um empate com muitos gols. O PIB ficou parado, a renda do brasileiro, o tamanho da classe média, a pobreza, etc, ficou basicamente parado. Depois volto a esse ponto da crise e resgato o papel importante que o Conselho teve nesse processo.

Qual é a projeção de 2010 a 2014? Quer dizer: até a Copa de 2014, **se crescermos tanto e reduzirmos a desigualdade como fizemos, reduziremos a pobreza à metade em cinco anos, 50,3% e incorporaremos mais 36 milhões de pessoas às classes A,B e C. É mais do que uma França inteira em 11 anos.** Então, estamos falando de uma grande mudança. Uma parte é prospectiva, mas a outra já estamos olhando pelo espelho retrovisor, que são a partir de dados

públicos. Então, há uma grande transformação, a gente fez essa projeção até 2014, imaginando 2009 como um grande empate com muitos gols; começamos o ano, dezembro de 2008, janeiro de 2009, sofrendo perdas, recuperamos ao longo do ano. Mas, para minha surpresa, é muito interessante olhar para os dados brasileiros, eles sempre surpreendem.

O Brasil está, desde fevereiro de 2009, crescendo ao mesmo ritmo, indo na casa das pessoas perguntando: qual é a sua renda? Qual é a sua condição de vida? **Crescemos tanto quanto crescíamos antes; quer dizer, não é que saímos da crise há três meses; saímos da crise há 15 meses.** E se fizermos a comparação: abril de 2009 a abril de 2010, a pobreza caiu 10%. Nos últimos 12 meses, a classe AB está aumentando (9,2%), e a classe A, B, C, está aumentando também (4,8%). Estamos crescendo mais do que o período de ouro que foi 2003 a 2008. Isso é uma reversão muito rápida, só que a diferença é que antes crescíamos e o mundo crescia. Como o Ministro Mantega mostrou, o mundo não cresce tanto, nem mesmo a China e a Índia crescem mais; até a China cresce um pouco mais do que nós, mas já diminuímos a distância. **Temos sim uma qualidade muito importante no nosso crescimento, é que a desigualdade aqui segue caindo.**

Existe uma notícia que considero muito alvissareira, dada a Agenda do Conselho. A desigualdade no Brasil está caindo mais nos últimos 12 meses do que caiu no período anterior. Então, a queda da desigualdade continua com crescimento. Estamos no período do ciclo mais forte do que estávamos antes. E o que isso significa em termos concretos? Que a desigualdade no período de 2003 a 2008, a renda dos 10% mais ricos, cresceu 3%; os 10% mais pobres, 9%. Pegando grupos, a periferia brasileira, o Nordeste, os grupos tradicionalmente excluídos, as mulheres, e o mais importante e, que dá muito orgulho, é ver a



renda das pessoas que se auto-intitulam negros e pardos, que está crescendo três vezes mais rápido do que a renda dos brancos. Isso é uma coisa que eu nunca vi, e acho que temos dados realmente interessantes que o Brasil tem experimentado nesse período. Fiquei muito impressionado com esse processo de geração da **Agenda**. Foi muito difícil porque, como no futebol, cada um tem o seu clube, mas na hora de fazer a **Agenda**, estamos torcendo é para o Brasil, com todos alinhados, deixando as diferenças de lado, seus clubes, etc. E o que leio como principal ponto? Educação, porque educação não é uma política social e não é uma política econômica, ela é as duas coisas. E isso pra mim é o principal ponto dessa nova **Agenda de Desenvolvimento**.

Acho que o Brasil já possui metas de educação. Temos metas para tal como fixado pelo governo para 2021, meta de nós termos em 2021 um padrão de qualidade em educação. Não só em quantidade comparável. Nós fizemos muito em relativamente pouco tempo, e acho que essa Agenda procura elencar um conjunto de políticas que vão ser detalhadas. Acho que a nossa defesa macroeconômica está muito bem postada, passamos pela crise; o nosso ataque social está muito forte, que é o nosso Bolsa Família, que eu acho que é o Tostão, o que vale é o Tostão do Bolsa Família, que dá passe para o nosso Pelé. Quem é nosso Pelé nesse time? Nosso Pelé é a nova classe média.

Estamos tendo realmente uma nova possibilidade na vida do brasileiro. Estamos falando de uma França inteira, quer dizer, meia França já foi, mais meia França será incorporada ao mercado, à cidadania. Isso é possível. Isso pra quem viveu décadas perdidas, como muitos de nós, é realmente alguma

coisa espetacular - crescimento com redução de desigualdade, porque grande já éramos num certo sentido. Brasileiro, como foi dito aqui, é sempre um povo querido, conhecido pelo futebol. Vamos lá nos BRIC's, somos BRIC's, etc, mas éramos um BRIC's meio envergonhado, assim no sentido de que o pessoal quase tirava o B do Brasil nos BRIC's. Não estávamos no mesmo nível, hoje estamos no mesmo nível; não somos mais "só os grandes do futebol", temos um time de futebol que o Brasil faz parte e lidera que são os BIG's: Brasil, Itália e Alemanha. Nós somos grandes no futebol e agora, somos grandes também em economia.

Realmente, temos uma autoestima completamente diferente. Agora, acho que para que esse processo tenha realmente sustentabilidade, quero frisar um ponto: Educação. Acho que é o que une todos aqui. É a agenda do futuro. É econômica, é social. E tenho visto, inclusive nos dados, coisas que nos surpreendem. O que é interessante no Brasil é que ele surpreende a gente. O Brasil não é um país previsível. Por exemplo: 2004 a 2008, a proporção de pessoas que fez qualificação profissional. Fizemos uma pesquisa nas grandes cidades e verificamos que houve um "pulo" de 12% para 21% em quatro anos, com proporção da população de idade ativa. Existem revoluções acontecendo e que de vez em quando a gente se dá conta delas. Então, quero aqui comemorar, espero estar comemorando também, no final da Copa, o título brasileiro, que acho que na verdade, a dificuldade do brasileiro é jogar junto. E acho que é isso que esse Conselho está conseguindo fazer. Eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui diante do meu Presidente, aprendi que a gente tem que agradecer essa oportunidade. Obrigado.



Apêndice 2

ANC: o processo de diálogos regionais

Como parte do lançamento da ANC, o Conselho iniciou o trabalho de disseminação de seu conteúdo. Foram realizadas 13 reuniões ampliadas regionais nas cidades de: Curitiba; Rio de Janeiro; Porto Alegre; Rio Branco; Recife; Aracaju; Santarém; Belém; São Paulo; Ribeirão Preto; Salvador; Florianópolis; e Belo Horizonte.

Durante as reuniões foi possível somar à visão estratégica nacional da ANC uma perspectiva regional e local, de forma a colher subsídios para a constante atualização da Agenda. Os eventos mobilizaram lideranças empresarias e trabalhistas das diversas localidades, mostrando, ainda, a importância da participação social na vida política do País.

I Reunião Regional - Curitiba

Data: 15/07/2010

Horário: 15h às 18h

Local: Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP, Curitiba/PR

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 2 conselheiros, um ministro e 69 convidados

A abertura da primeira reunião regional para debater a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento foi feita pelo conselheiro Rodrigo Loures que explicou que este era o primeiro momento do processo de disseminação do documento elaborado pelo CDES e apresentado ao presidente Lula em junho.

O Ministro Alexandre Padilha ressaltou o papel do Paraná nesse novo ciclo, saudando os últimos resultados do crescimento industrial e da liderança do Estado na redução da pobreza. Elogiou a qualidade e diversidade das representações presentes o que permitiu reproduzir em Curitiba as características das reuniões do CDES. O Ministro destacou a educação e a inovação tecnológica como os principais desafios para o País. Na educação superar o analfabetismo e avançar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) são prioridades. No campo da inovação tecnológica, o ministro destacou que há recursos disponibilizados pelo governo federal que não vêm sendo usados pelas indústrias. Ressaltou que o Paraná tem grande potencial para explorar novas tecnologias, nem só na indústria, que pode aproveitar os investimentos que poderão vir não apenas no setor de petróleo e gás, mas também na agricultura e nos serviços.



O conselheiro José Lopez Feijóo destacou a importância do trabalho decente, da inclusão produtiva e das micro e pequenas empresas como fundamentais para a sustentabilidade do novo patamar de desenvolvimento.

O conselheiro Loures fez um histórico do CDES e da atuação dos seus diferentes secretários executivos e destacou o papel do Comitê Gestor do Conselho formado por seis conselheiros eleitos por seus pares. O conselheiro propôs que a FIEP sugerisse aos candidatos ao governo do Paraná a criação de um Conselho Econômico e Social no estado, proposta que foi aprovada por unanimidade.

UMA NOVA AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO

Alexandre Padilha⁴⁴ e Rodrigo Loures⁴⁵

Noventa líderes, entre empresários, trabalhadores, acadêmicos e representantes de organizações sociais reunidos no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES) uniram-se ao longo dos últimos sete anos para elaborar propostas que ajudaram a sustentar o atual ciclo de desenvolvimento do Brasil.

Desde que o CDES foi criado, em 2003, os conselheiros vêm contribuindo de forma decisiva com a formulação das políticas públicas que ajudaram a construir esse novo País. O período de evolução nos dois mandatos do presidente Lula foi marcado pela estabilidade econômica, pela geração de empregos, pelo avanço dos indicadores sociais e econômicos e, principalmente,

⁴⁴ Ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República.

⁴⁵ Conselheiro do CDES e Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP).

pela redução expressiva da desigualdade social, considerada pelos conselheiros o maior impedimento para o desenvolvimento. O Brasil emergiu mais forte da maior crise econômica internacional dos últimos 70 anos.

Encontrado o caminho para continuarmos a reduzir as disparidades sociais, os desafios da nova década mostram-se enormes. Diante disso, o CDES aprovou a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento. Os conselheiros não pretendem minimizar os problemas internos e externos num momento em que a crise econômica financeira ainda gera instabilidade, especialmente no exterior. Mas acreditam que o Brasil conquistou bases econômicas sólidas e credibilidade internacional para novos saltos.

A realidade atual e o futuro pedem novas diretrizes. A sociedade do conhecimento muda paradigmas e exige investimentos constantes em pesquisa e inovação. Além disso, é imperativo buscar transformações na educação. A nova classe média brasileira também traz novas exigências para o País em termos de serviços públicos de qualidade, de acesso à informação, à moradia e à inclusão digital.

Resultado do diálogo social empreendido pelo Conselho nos últimos sete anos, a Agenda mostra quais são os pontos considerados essenciais pelos líderes para que o Brasil prossiga o seu caminho em direção ao crescimento econômico com inclusão social, superação da pobreza e inserção ativa na economia internacional e nas melhores práticas de governança global.

São nove os eixos considerados prioritários: 1) os novos horizontes da educação; 2) os desafios do Estado democrático e indutor do desenvolvimento; 3) a transição para a economia do conhecimento; 4) o trabalho decente e inclusão produtiva; 5) o padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento; 6) o potencial da agricultura; 7) o papel da infraestrutura



(transportes, energia, comunicação, água e saneamento); 8) a sustentabilidade; 9) a consolidação e ampliação das políticas sociais.

O Brasil só conseguiu vencer de forma sustentável seus desafios quando a relação entre governo e sociedade civil foi capaz de consolidar consensos que superassem polarizações partidárias e visões específicas de determinados setores. Foi assim com a conquista da redemocratização e da estabilidade da economia e com a ampliação de políticas e direitos da cidadania.

Agendas como esta do CDES são documentos abertos em perene processo de aperfeiçoamento, por isso é fundamental a abertura para as nossas diversidades regionais. O Conselho a apresentou na última quinta-feira (15), na sede da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), e repetirá esta experiência em outras regiões. O CDES é um conselho consultivo da presidência da República que reflete a rica heterogeneidade social brasileira. O Paraná tem condições de ser um dos líderes nessa nova era de prosperidade. O Estado combina a pujança do agronegócio com a agricultura familiar. Conta com indústrias inovadoras, educação de qualidade e políticas sociais e de urbanização avançadas. É natural, portanto, que os líderes e empresários paranaenses sejam conclamados pelo CDES a discutir e a propor soluções para as políticas públicas do Brasil.

II Reunião Regional – Rio de Janeiro

Data: 22/07/2010

Horário: 15h às 18h

Local: Associação Comercial do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 3 conselheiros, um ministro e 87 convidados

A segunda reunião regional de debate da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, realizada na Associação Comercial do Rio de Janeiro, foi aberta pelo Ministro Alexandre Padilha, que destacou que a escolha do RJ para sediar a segunda reunião se deveu a importância histórica da cidade e a relevante contribuição do Estado para o novo ciclo de desenvolvimento. O Ministro lembrou que o Rio será sede da Copa e das Olimpíadas e tem uma das indústrias mais estratégicas para o futuro do Brasil: a indústria do petróleo. O Ministro relatou o processo de construção da Agenda e apresentou um resumo do trabalho do CDES desde 2003. Informou ainda que o objetivo do debate regional da Agenda é estimular o pensamento local sobre o desenvolvimento. Salientou ainda a importância do investimento em inovação tecnológica para a exploração e a produção do petróleo da camada do pré-sal.

O Conselheiro Marcelo Neri afirmou que a população do Rio de Janeiro debate pouco o estado e apresentou um exercício de comparação entre os eixos da “Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento” do CDES e a realidade do Rio de Janeiro. Destacou o “choque de ordem”, política do Prefeito da Cidade, e o trabalho das polícias pacificadoras, mas ressaltou que o RJ também precisa de um “choque de progresso”, pois a Cidade passou por um longo período de decadência.



O conselheiro Humberto Mota destacou o papel ativo do Conselho na superação da crise e a proatividade do Presidente da República que evitou, segundo o conselheiro, maiores conseqüências para a economia do país. O conselheiro propôs a criação de um Grupo Temático do CDES para acompanhar o planejamento e a execução das infraestruturas necessárias para a realização da COPA 2014 e das Olimpíadas 2016.

INVESTIR EM INFRAESTRUTURA É DESAFIO CHAVE PARA O BRASIL

Alexandre Padilha⁴⁶ e Humberto Mota⁴⁷

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social aprovou no dia 17 de junho a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento - ANC. O documento é resultado da evolução do trabalho do CDES de pensar o desenvolvimento brasileiro, um processo que acompanha o Conselho desde que foi criado em 2003.

O primeiro marco deste pensamento compartilhado foi a Agenda Nacional de Desenvolvimento, elaborada em 2005, e que tinha como eixo central o combate à desigualdade. Desde então, houve grandes mudanças na realidade brasileira que trouxeram avanços significativos em termos econômicos e sociais. Somado a isso, a grave crise econômica e mundial eclodida em 2008, que ainda impacta fortemente outros países, gerando forte instabilidade internacional, fizeram com que os conselheiros se reunissem para pensar uma nova agenda para o Brasil, tendo nascido, assim, a ANC. Apesar de trazer novos desafios, o eixo central permanece o mesmo.

⁴⁶ Ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República.

⁴⁷ Conselheiro do CDES, Presidente da Associação das Empresas Concessionárias dos Aeroportos (ANCAB) e da Dufry South América.

Para a Agenda para o Novo Ciclo, os conselheiros sugerem que o Brasil deve partir de duas estratégias. É preciso consolidar a expansão do emprego e da renda, fortalecendo o mercado interno ancorado em um modo de produção, consumo e distribuição sustentáveis e com a ampliação dos investimentos inovativos. Além disso, o Brasil deve buscar uma inserção ativa na economia internacional.

A Agenda enumera ainda nove desafios estratégicos relacionados à educação, papel do Estado, economia do conhecimento, trabalho decente e inclusão produtiva, padrão de produção, agricultura, infraestrutura, sustentabilidade e políticas sociais.

Visto que o Brasil tem pela frente dois grandes desafios, que são a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, o investimento em infraestrutura, que sempre foi de grande importância para o desenvolvimento do País, ganha agora um vulto ainda maior. Sobre este tema, o CDES vem se debruçando em análises e recomendações, com o objetivo de identificar os principais gargalos e apontar os caminhos para que se destravem os investimentos.

Vale ressaltar que a Agenda para o Conselho é um marco, mas que não se encerra com sua publicação. É preciso disseminar seu conteúdo, ampliar o debate em torno dela, fazendo com que se atualize e se adapte às mudanças na conjuntura e na realidade. Parte importante desta segunda etapa do trabalho é entender como a ANC pode dialogar com as diversas regiões do Brasil. Uma primeira rodada de conversas foi feita em Curitiba e agora o Rio de Janeiro se junta ao debate em uma proveitosa reunião, em parceria com a associação comercial do estado. Esperamos que os grandes objetivos da Agenda sejam bem recebidos e nos comprometemos a continuar a fazer esta escuta nas localidades para potencializar os efeitos positivos dos debates.



III Reunião Regional – Porto Alegre

Data: 29/07/2010

Horário: 15h às 18h

Local: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS,
Porto Alegre/RS

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 4 conselheiros, 1 ministro e 67 convidados

A terceira reunião regional para debater a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento ocorreu na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul. O Ministro Alexandre Padilha destacou a importância das reuniões regionais para a divulgação da ANC, lembrando que o objetivo do Conselho é promover o diálogo entre as prioridades da agenda nacional e a diversidade regional. O Ministro ressaltou que o trabalho do Conselho durante a crise econômica mundial foi fundamental para orientar as políticas anticíclicas implementadas pelo Governo e que esse processo contribuiu para o amadurecimento do CDES e para o processo de construção da nova Agenda. Ao apresentar a nova Agenda, o Ministro Alexandre Padilha destacou a necessidade de investimento na qualidade da educação como o grande consenso do CDES, uma vez que a educação rompe o binômio social e econômico pois é fator de inclusão cidadã e, ao mesmo tempo, contribui para o aumento da produtividade da economia. Outro desafio apontado na Agenda é a inovação tecnológica, também presente na agenda do Rio Grande do Sul. O Ministro informou ainda sobre a Medida Provisória nº 497 de 27/07/2010 que promove a desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas.

O Conselheiro Cezar Britto chamou atenção para o momento favorável que o País está vivendo e para a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento acordada no CDES. O conselheiro Paulo Tigre afirmou que a construção do texto da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento tem a marca da pluralidade nacional.

Na fase dos debates foram destacadas os seguintes pontos: prioridade da Agenda de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul; a forma diferenciada de inserção internacional das empresas brasileiras que têm como princípio promover interação com a comunidade local; a importância da Petrobras para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul; a importância da cidade de Porto Alegre sediar a Copa do Mundo; e apelo para que o Conselho de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul volte a funcionar.

UMA AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO

Alexandre Padilha⁴⁸ e Jorge Gerdau⁴⁹

O Rio Grande do Sul vem elaborando um enorme esforço em prol do seu crescimento, mobilizando todos os segmentos da sociedade. Um Estado que tem tantas oportunidades, em função da diversidade dos seus recursos e da busca pela qualidade de gestão em suas organizações, tanto públicas quanto privadas, tem condições de alcançar importantes avanços na sua evolução econômica e Social. Nessa medida, os gaúchos são protagonistas do desenvolvimento brasileiro, que é o foco das atividades do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES), composto por lideranças de empresários, trabalhadores, acadêmicos e representantes de organizações sociais.

⁴⁸ Ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República.

⁴⁹ Conselheiro do CDES e Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau.



No dia 29 de julho, o CDES foi recebido na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), com o objetivo de avançar nas ações em prol do nosso país. O Conselho elaborou sugestões para minimizar os efeitos da crise econômica internacional, que ainda hoje atinge muitos países e da qual o Brasil saiu com novas oportunidades. Superado o período Econômico mais crítico, o CDES lançou a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, que conta com nove eixos considerados prioritários.

São eles: 1) os novos horizontes da educação; 2) o Estado democrático e indutor do Desenvolvimento; 3) a transição para a economia do conhecimento; 4) o trabalho decente e inclusão produtiva; 5) o padrão de produção; 6) o potencial da agricultura; 7) o papel da infraestrutura; 8) a sustentabilidade; 9) a consolidação e ampliação das políticas sociais.

Além do envolvimento com os Estados da federação, esta agenda também tem influenciado estratégias e decisões do governo federal. No dia 27 de julho, o presidente Lula anunciou novos investimentos e financiamentos para estimular a inovação tecnológica nos setores público e privado.

Nos países mais industrializados, o setor privado lidera os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D). No Brasil, o governo investe 0,59% do PIB; e o setor privado, 0,50%. No Japão e na Coreia do Sul, por exemplo, os empresários investem mais de 2% do PIB, enquanto o governo aplica menos de 1%. É necessária uma parceria público-privada para levar os investimentos em P&D a um novo patamar.

Um dos pontos mais importantes da agenda do CDES é a melhoria da qualidade da educação em nosso País. O CDES contribuiu de forma decisiva para o debate que resultou no lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Muitos resultados positivos decorrem dessa ação, como os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb);

a duplicação do número de vagas em universidades federais, o Programa Universidade para Todos (ProUni) e a implantação de escolas técnicas federais.

O País não vai superar o desafio de inovar em competitividade, inovação e capital social se não tiver bons profissionais e, principalmente, bons cidadãos. O sucesso das ações compartilhadas do CDES, integradas com os diversos segmentos do governo e da sociedade civil, vai determinar o sucesso do modelo econômico e social do nosso Brasil.

IV Reunião Regional – Rio Branco

Data: 30/07/2010

Horário: 08h30 às 10h30

Local: Federação das Indústrias do Estado do Acre – FIEAC, Rio Branco/AC

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 1 conselheiro, 1 ministro, governador do Estado e 35 convidados

A divulgação da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento no Acre foi realizada durante a abertura do “Seminário Desafios para implantação da ZPE/Acre” promovido pela Federação das Indústrias do Acre - FIEAC e pelo Governo do estado. Participaram da abertura do evento o Governador Binho Marques, o Ministro Alexandre Padilha, o Presidente da FIEAC, João Salomão e os conselheiros do CDES, Paulo Simão e Júlio Aquino.

O Governador Binho Marques destacou a visão estratégica do Presidente Lula ao criar o CDES no início do seu governo e apontou a diversidade da sua composição e a busca do consenso por meio do diálogo entre os atores



sociais como fundamentais para a formulação de uma agenda convergente para o Brasil. O Ministro Alexandre Padilha fez uma relação entre a Agenda do CDES (ANC) e a possibilidade de uma participação efetiva do Estado do Acre em um novo ciclo de desenvolvimento simbolizado pelo projeto da ZPE, que pode ser uma oportunidade para vários setores da economia do Acre, desde que pactuado entre todos os setores produtivos.

O conselheiro Paulo Simão ressaltou a importância da representação internacional do CDES junto à AICESIS – Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares e o papel dos conselheiros de disseminar a criação de conselhos econômicos e sociais nos estados brasileiros e em países da América Latina. Júlio Aquino, ex-conselheiro do CDES e ex-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, destacou a importância que os conselheiros deram à implementação de um modelo de construção com sustentabilidade ambiental como prioridade para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas. E sugeriu que o CDES aprofunde o debate em torno da legislação ambiental que precisa ser adaptada por não contribuir para a sustentabilidade ambiental.

AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DO CDES APÓIA DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Alexandre Padilha⁵⁰

Noventa líderes, entre empresários, trabalhadores, acadêmicos e representantes de organizações sociais reunidos no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES) reúnem-se periodicamente para pensar, debater e fazer recomendações acerca do desenvolvimento do Brasil.

O CDES foi criado em 2003 e desde então contribui com a formulação de políticas públicas que ajudaram o Brasil a atingir um novo patamar de desenvolvimento. Os últimos oito anos foram marcados pela estabilidade econômica, pela geração recorde de empregos, pelo avanço inédito dos indicadores sociais e econômicos e, principalmente, pela redução expressiva da desigualdade social. Desigualdade que é considerada pelos conselheiros o maior impedimento para o desenvolvimento brasileiro.

Embalados pelos debates sobre a crise econômica mundial de 2008, o CDES tomou para si a tarefa de repensar uma agenda de desenvolvimento para o Brasil. Em junho deste ano foi aprovada e apresentada ao Presidente da República a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento. Apesar de reconhecerem que o mundo ainda passa por um momento de grande instabilidade política e econômica por conta da crise, os conselheiros têm convicção de que o Brasil, com sua base econômica sólida e avanços sociais inéditos, conquistou credibilidade para se permitir novos saltos.

⁵⁰ Ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República.



A ANC elenca nove os eixos prioritários para enfrentar os desafios futuros: 1) os novos horizontes da educação; 2) os desafios do Estado democrático e indutor do desenvolvimento; 3) a transição para a economia do conhecimento; 4) o trabalho decente e inclusão produtiva; 5) o padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento; 6) o potencial da agricultura; 7) o papel da infraestrutura (transportes, energia, comunicação, água e saneamento); 8) a sustentabilidade ; 9) a consolidação e ampliação das políticas sociais.

Em 2014 o país sediará a Copa do Mundo de Futebol e em 2016, os Jogos Olímpicos. Para dar conta deste desafio os investimentos em infraestrutura precisarão ser grandes, constantes e feitos com transparência. Temos também pela frente a exploração de petróleo na camada pré-sal que terá reflexos muito positivos para a indústria nacional, além de gerar mais recursos para investimentos em outras áreas, caso da educação.

A educação, apontam os conselheiros, terá que ser a grande prioridade do Brasil. Além das razões mais conhecidas e não menos importantes, precisamos nos inserir na sociedade do conhecimento. Inserção que precisa ser imediata, não se pode perder mais tempo. Para isso serão necessários investimentos vultuosos em pesquisa, ciência, tecnologia e inovação.

O Brasil já está tomando uma série de medidas para incentivar a inovação, como a desoneração tributária da subvenção econômica, anunciada há poucos dias. Além disso, foi criado o Sibratec – Sistema Brasileiro de Tecnologia, que já investiu R\$ 243 milhões e tem como objetivo apoiar o desenvolvimento tecnológico da empresa brasileira, por meio da articulação em rede de centros para atividades de PD&I de processos e produtos e serviços e assistência tecnológica. O Sibratec possui uma série de centros de inovação espalhados pelos grandes centros brasileiros, mas queremos que este também seja um mecanismo de desenvolvimento regional. Temos que trazer para o Acre e demais estados da região Norte estes centros. O Brasil não pode prescindir das riquezas destes estados amazônicos e o CDES apóia esta iniciativa.

E foi justamente com o objetivo de fomentar debates como esse, que o CDES trouxe a Agenda para o Novo Ciclo a Rio Branco. Este é um documento em constante aprimoramento e que precisa desta escuta regional e local para cumprir seu grande objetivo de apoiar o desenvolvimento brasileiro.

V Reunião Regional - Recife

Data: 05/08/2010

Horário: 15h às 18h

Local: Palácio Campo das Princesas, Recife/PE

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 2 conselheiros, 1 ministro, governador do Estado e 41 convidados

A quinta reunião regional de debate da Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento, ocorrida em Recife foi aberta pelo governador Eduardo Campos que ressaltou a contribuição do diálogo social para o modelo de desenvolvimento brasileiro fundado na estabilidade macroeconômica, no desenvolvimento institucional, na inclusão e na maior participação do Nordeste na renda nacional. Na opinião do Governador, a pauta da ANC é rica e de amplo interesse para o Nordeste que hoje já é visto como parte da solução dos problemas brasileiros e da construção do desenvolvimento nacional.

O Ministro Alexandre Padilha lembrou que Pernambuco criou o primeiro conselho de desenvolvimento estadual. A experiência serviu de exemplo para os conselhos da Paraíba, Bahia e Maranhão. O Ministro fez um histórico dos resultados do diálogo social praticado pelo CDES e apresentou a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento ressaltando que ela é produto da convergência entre os conselheiros.



Inspirado pelo trabalho do CDES, o Governador convidou os conselheiros pernambucanos a elaborarem uma Agenda de Desenvolvimento para o estado identificando os desafios para alavancar o crescimento sustentável e acompanhar o novo ciclo de desenvolvimento brasileiro.

A conselheira Tânia Bacelar apresentou o processo de construção da ANC. Apontou como o principal consenso a melhoria da educação, uma escolha estratégica que não compromete o compromisso central do CDES com a redução das desigualdades já pactuado, em 2005, na Agenda Nacional de Desenvolvimento. Tânia Bacelar defendeu ainda a necessidade de se impregnar a leitura da Agenda com a realidade regional.

UMA AGENDA PARA SUSTENTAR O NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

Alexandre Padilha⁵¹ e Tânia Bacelar de Araujo⁵²

Pernambuco vive atualmente um momento muito especial na sua história. Riquíssimo em potencialidades em virtude de sua história, seus recursos e sua posição estratégica no cenário nacional, o Estado transformou-se num poderoso pólo de atração de investimentos públicos e privados em setores tão complexos como diversos: indústria de transformação, comércio e serviços modernos, construção civil, tecnologia da informação, serviços especializados de saúde e educação, logística, entre outros. O fato é que o Produto Interno Bruto de Pernambuco cresce, em tempos recentes, em ritmo superior à média de expansão da economia nacional. E o quadro social do estado melhorou, acompanhando movimento nacional. Mas as transformações estão apenas começando.

⁵¹ Ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República.

⁵² Conselheira do CDES e Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UEPE).

A agricultura, que sempre foi vital para a economia pernambucana, está cada vez mais diversificada, com a região do sertão do São Francisco consolidando sua liderança neste movimento. Os investimentos na infraestrutura (especialmente a portuária, a hídrica e a ferroviária) e em novos empreendimentos produtivos somam algo em torno de R\$ 55 bi até 2015, o que representa cerca de 90% do PIB estadual medido pelo IBGE para 2007 (R\$ 62,2 Bi), com destaque para o complexo de Suape. Ali, a nova indústria naval brasileira já é uma realidade. As obras nas rodovias federais (BR 101 norte e BR 408, especialmente) e na Ferrovia Transnordestina criarão ainda mais empregos e ajudarão a diminuir os custos de transportes, mudando o padrão de acessibilidade, fator fundamental em tempos de globalização. O resultado é que o Estado, que antigamente exportava capitais e trabalhadores, passou a atrair investidores e mão de obra especializada.

Pernambuco é, portanto, um dos líderes dessa nova era de prosperidade que emerge depois de oito anos de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As oportunidades são muitas, mas também inúmeros são os desafios. O governo federal sempre se mostrou aberto ao diálogo com a sociedade em busca de ideias que possam transformar o Brasil. Por isso é importante que as lideranças de Pernambuco se unam aos 90 líderes reunidos no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES), entre empresários, trabalhadores, acadêmicos e representantes de organizações sociais para que o diálogo entre o projeto nacional e local consolide novas trajetórias no Estado.

No dia 5 de agosto passado este diálogo começou a se dar de forma estruturada. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES) organizou no Palácio Campo das Princesas



um debate prestigiado pelo governador Eduardo Campos, realizado em parceria com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social de Pernambuco (Cedes/PE). A experiência do Cedes, inspirada no Conselho nacional, mostra como é importante compartilhar com a sociedade civil as ideias norteadoras do desenvolvimento nacional.

Um dos marcos da construção compartilhada de um projeto para o Brasil do século XXI - um dos objetivos do CDES -foi o lançamento da Agenda Nacional de Desenvolvimento, em 2005. O ponto central explicitado naquele documento era a necessidade de reduzir a desigualdade social no País, considerada pelos conselheiros e conselheiras o maior impedimento para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Nesse sentido, o avanço foi enorme. Desde 2003, 35 milhões de pessoas ascenderam à classe média, que hoje representa 70% da população.

Em 2008, quando foi deflagrada a crise econômica internacional, o CDES elaborou sugestões que foram decisivas para que o Brasil saísse da turbulência mais forte do que antes. Superado o momento econômico mais crítico, os conselheiros e conselheiras concluíram que o Brasil estava ingressando num novo momento de sua história e redigiram as diretrizes que compõem a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, entregue ao Presidente em julho passado.

São 9 os eixos considerados prioritários nesta Agenda: 1) novos horizontes para a educação; 2) consolidação do Estado democrático e indutor do desenvolvimento; 3) a transição para a economia do conhecimento; 4) trabalho decente e inclusão produtiva; 5) padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento; 6) o potencial da agricultura; 7) o papel da infraestrutura (transportes, energia, comunicação, água e saneamento); 8) a

sustentabilidade ; 9) a consolidação e ampliação das políticas sociais.

A educação é considerada pelos conselheiros e conselheiras prioridade absoluta. O Brasil só manterá o atual ritmo de crescimento econômico e inclusão se houver um compromisso permanente com o ensino de qualidade. No caso de Pernambuco, dotado de uma boa estrutura universitária e de C&T, mas com níveis de escolaridade média de sua população ainda muito baixos, a educação em todos os níveis, e em especial a profissional, será vital para que o Estado possa aproveitar as oportunidades que surgem e que se ampliarão nos próximos anos. Entre elas, o fornecimento de equipamentos e serviços para a exploração do petróleo da camada pré-sal, vez que o Estado se inseriu neste segmento com a instalação da Refinaria Abreu e Lima em seu território.

A Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento nacional já foi debatida no Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Acre. Agora os pernambucanos se unem a esse movimento. Esta Agenda é um documento aberto e em permanente processo de aperfeiçoamento, daí a importância de buscarmos contribuições em todas as regiões do País. Com a parceria entre sociedade e poder público, Pernambuco tem todas as condições de vencer os desafios e aproveitar o bom momento do Brasil. Se no passado Pernambuco foi berço da construção da nação brasileira, no presente pode ser exemplo do novo padrão de desenvolvimento que se quer para o País.



VI Reunião Regional - Aracaju

Data: 12/08/2010

Horário: 15h às 18h

Local: Radisson Hotel, Aracaju/SE

Tema: **Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento**

Presenças: **1 ministro, governador do Estado e 71 convidados**

A abertura da sexta reunião regional para debate da ANC foi feita pelo governador Marcelo Deda, que lembrou que o Conselho foi criado não só para fazer assessoramento, mas também para fazer uma ausculta dos mais variados e legítimos interesses da nação brasileira. Em relação à Agenda, o governador afirmou que o novo patamar de desenvolvimento fará emergir novas contradições, novos conflitos e novos consensos. O governador destacou ainda que apesar de ter o menor território do País e da região, Sergipe é o 2º maior produtor de milho do Nordeste e o 5º produtor de carne e leite, comprovando o sucesso da agricultura familiar, que recebe assistência técnica e capacitação para produzir excelentes resultados. O Ministro Alexandre Padilha destacou que a ANC representa o atual estágio de amadurecimento dos debates e o diálogo social que é exercido por diferentes setores da sociedade civil no CDES desde 2003. Segundo o Ministro, uma das novidades da Agenda é constatar que a variável ambiental é parte essencial do novo padrão de desenvolvimento, baseado no tripé da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

O CDES E A AGENDA PRIORITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE SERGIPE

Alexandre Padilha⁵³ e Cezar Britto⁵⁴

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), desde a sua criação, em 2003, acreditou ser possível conjugar em uma única sintonia desenvolvimento econômico e social. Exatamente por assim entender, contribuiu de forma decisiva com a formulação de políticas públicas executadas pelo governo federal. Prova disso foi o anúncio, feito no dia 27 de julho pelo Presidente da República, de R\$ 700 milhões de investimentos em projetos de inovação tecnológica nos setores público e privado, uma das bandeiras dos conselheiros.

Composto por 90 lideranças - entre empresários, trabalhadores, acadêmicos e representantes de organizações sociais -, o Conselho reúne as mais relevantes e plurais experiências produzidas no País. Todas elas, embora diferentes em vários aspectos, têm em comum o interesse no desenvolvimento do País. E foi exatamente aproveitando o melhor dentre as diferenças, típicas de um país-continente, que se elaborou uma Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento do Brasil. Nela, registraram-se os pontos considerados essenciais para que o Brasil prossiga o seu caminho em direção ao crescimento econômico com inclusão social e superação da pobreza.

Nove eixos foram considerados prioritários: 1) os novos horizontes da educação; 2) os desafios do Estado democrático e indutor do desenvolvimento; 3) a transição para a economia do conhecimento; 4) o trabalho decente e inclusão produtiva; 5) o padrão de produção para o novo ciclo de

⁵³ Ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República.

⁵⁴ Conselheiro do CDES, Advogado, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).



desenvolvimento; 6) o potencial da agricultura; 7) o papel da infraestrutura (transportes, energia, comunicação, água e saneamento); 8) a sustentabilidade; 9) a consolidação e ampliação das políticas sociais.

A Agenda, no entanto, não foi e não poderia ser compreendida como uma obra unilateral e acabada. Ela ainda necessita de novos agentes, parceiros e esforços comuns para que todos sejam co-responsáveis pelo novo ciclo de desenvolvimento. Eis porque o CDES promoveu, no dia 12 de agosto, um encontro em Aracaju, em parceria com o Fórum Empresarial de Sergipe. Com a presença de autoridades e de vários personagens e entidades da sociedade civil, a Agenda foi debatida e aperfeiçoada. Os dados apresentados demonstram que nos últimos anos, o povo sergipano assistiu a uma série de mudanças que transformaram seu estado em uma das regiões mais dinâmicas do Brasil.

As políticas públicas do governo federal tiveram papel relevante neste cenário promissor. O Bolsa Família já alcança 228 mil famílias. O Programa Minha Casa, Minha Vida lançou investimentos de R\$ 430 milhões e contratou 6,7 mil moradias, cumprindo 60% da meta para o estado. São várias as obras incluídas no PAC que trarão benefícios para a população, como a expansão do abastecimento de água; melhorias e duplicação da BR 101; o gasoduto da Malha Nordeste; obras de saneamento e esgoto em Aracaju; a revitalização da Bacia do Rio Sergipe. No total, o PAC investirá R\$ 10,6 bilhões em Sergipe, sendo R\$ 8,2 bilhões até 2010.

Não há dúvida de que o Brasil vive um novo ciclo de desenvolvimento. Sergipe não ficou descontextualizado do cenário nacional. O momento histórico vivido pelo Brasil é o mesmo vivenciado por Sergipe. Não sem razão, portanto, Sergipe é campeão nacional na geração de empregos: foram criadas 50,7 mil vagas em maio de 2010, um crescimento de 35% em relação a 2002. Também no solo sergipano a agricultura familiar se

mostrou produtiva, transformando o estado num dos maiores produtores de milho e leite do País. Existe um pujante cenário para os empreendimentos industriais e comerciais.

Todos esses avanços foram obtidos sem que Sergipe perdesse a essência da cultura nordestina, suas tradições e suas lutas. Reforçou, ainda, a capacidade do sergipano de superar obstáculos, destemida e criativamente. O exemplo de Aracaju é ilustrador, pois continua sendo uma das nossas capitais com maior qualidade de vida. O CDES, ao escolher Sergipe para apresentar a sua Agenda, reforçou o seu desejo prioritário de consolidar o Brasil que ousa sonhar e se fazer grande. E Sergipe tem o que ensinar a todos nós.

VII Reunião Regional - Santarém

Data: 13/08/2010

Horário: 09h às 12h

Local: Santarém/PA

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 1 conselheiro, 1 ministro e 80 convidados

Durante a reunião regional de Santarém, o conselheiro José Conrado dos Santos, presidente da Federação das Indústrias do Pará, destacou que apesar das elevadas potencialidades locais, o estado ainda tem graves distorções socioeconômicas, como: forte tradição extrativista e reduzida agregação de valor aos produtos; insuficiente e deficiente infraestrutura básica; grande fronteira aberta; baixo nível de produtividade de mão de obra; baixa renda *per capita*; e forte desigualdade social e espacial. Para enfrentar os desafios, na sua



avaliação, é necessário estabelecer como estratégia central a Reestruturação da Base Produtiva através da consolidação das cadeias produtivas, estruturação de novas cadeias, fortalecimento da Ciência, Tecnologia e Inovação, formação e qualificação de mão de obra, além da expansão e dinamização da infraestrutura socioeconômica, e consolidação da fronteira aberta.

O Ministro Alexandre Padilha fez uma apresentação da Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento, ressaltando a riqueza do processo de debate que antecedeu a confecção do documento, envolvendo, além dos conselheiros, especialistas de diversas áreas que aportaram conhecimento e subsídios que tornaram possíveis as recomendações da ANC.

VIII Reunião Regional – Belém

Data: 13/08/2010

Horário: 15h às 18h

Local: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, Belém/PA

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 1 conselheiro, 1 ministro e 45 convidados

Durante a reunião regional de Belém, para debater a Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento, o Ministro Alexandre Padilha destacou os eixos da Educação e da inovação tecnológica. O Ministro Padilha ressaltou o esforço empreendido pelo governo federal para apoiar o Pará na questão da inovação tecnológica, principalmente em relação às cadeias produtivas do leite, siderurgia e biocombustíveis, destacando que essas potencialidades também

se refletem na educação e no esforço em produzir mão de obra local para dar conta da demanda gerada pelos grandes projetos em implantação no estado. Durante o encontro, a Sudam e a Federação das Indústrias do Pará (Fiepa) se comprometeram a promover um seminário local, para debater a ANC e apresentar as sugestões do Estado e da região para o CDES.

A governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, fez a abertura do evento que também contou com a participação do superintendente da Sudam, Djalma Bezerra Mello, e do conselheiro do CDES, José Conrado Azevedo Santos, presidente da Fiepa.

UMA AGENDA DO NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO NO PARÁ

Alexandre Padilha⁵⁵ e José Conrado Azevedo Santos⁵⁶

O Pará vive um momento peculiar em toda a sua história: novos investimentos em andamento e a tão sonhada verticalização da produção mineral finalmente será uma realidade. De fato é o sonho dos paraenses que vêem na abundância da terra e da água os meios de gerar riqueza e sustento. Todos conhecemos as potencialidades do Pará: a cultura de seu povo, o potencial energético dos seus rios, os recursos minerais, a extensão da sua produção rural, a inteligência dos seus institutos de pesquisa e a presença da maior cobertura florestal do mundo. A economia paraense está preparada para atrair empresas capazes de produzir bens com alto valor agregado.

Por tudo isso, o Pará tem condições de ser protagonista deste cenário de prosperidade que emerge. O governo federal tem sido parceiro dos prefeitos e

⁵⁵ Ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República.

⁵⁶ Conselheiro do CDES e Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará.



do governo estadual nos projetos do PAC para, juntos, superar a insuficiência da infraestrutura e melhorar a qualidade de vida nas cidades. No setor de energia, o PAC contemplou a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a siderúrgica de Marabá, as eclusas de Tucuruí, as obras na BR 163 e na Transamazônica e as melhorias nos portos e hidrovias. De 2007 a 2010, o PAC investiu na infraestrutura logística do Pará cerca de R\$ 2,7 bilhões.

A fatia de participação do Pará no PIB nacional, de apenas 2%, tem tudo para crescer de forma relevante nos próximos anos. Estudos da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa) indicam que estão previstos investimentos de US\$ 52 bilhões no estado até 2014, a maior parte do setor privado. Com isso, prevê-se a criação de mais de 120 mil empregos. O Pará passará a produzir aço com a Alpa, companhia da Vale. A Petrobras aplicou mais de R\$ 1 bilhão na instalação do maior pólo de biocombustíveis do mundo.

O Estado também busca um tratamento igualitário, pois o Pará está cercado por outros entes da federação brasileira que se beneficiam e concorrem com a sua produção, uma vez que na Região Amazônica, apenas o Estado do Pará não tem áreas incentivadas que exonerem ou reduzam as alíquotas dos tributos, que incidem sobre a produção, comercialização e sobre o comércio exterior.

Historicamente, o Estado do Pará tem sofrido também com a insuficiente e deficiente infraestrutura básica, destacadamente transportes, energia e saneamento.

Para mudar essa situação e responder às demandas dessa nova realidade, o Pará necessitará de mais investimentos em educação e em inovação tecnológica. Essa é uma das principais bandeiras defendidas pelos 90 líderes que compõem o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES), entre empresários, trabalhadores, acadêmicos e representantes de organizações sociais.

Depois de superada a fase mais turbulenta da crise econômica internacional, os conselheiros do CDES concluíram que o Brasil estava ingressando num novo ciclo de desenvolvimento. Lançaram em junho um documento intitulado Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, que traz as principais diretrizes a serem seguidas para o Brasil prosseguir o seu caminho em direção ao desenvolvimento econômico com inclusão social e superação da pobreza. No dia 15 de agosto, o CDES promoveu o debate dessa agenda em Santarém, em parceria com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Santarém (CDESS); e em Belém, em conjunto com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Na Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, os conselheiros apontam nove eixos considerados prioritários: 1) os novos horizontes da educação; 2) os desafios do Estado democrático e indutor do desenvolvimento; 3) a transição para a economia do conhecimento; 4) o trabalho decente e inclusão produtiva; 5) o padrão de produção do novo ciclo de desenvolvimento; 6) o potencial da agricultura; 7) o papel da infraestrutura (transportes, energia, comunicação, água e saneamento); 8) a sustentabilidade; 9) a consolidação e ampliação das políticas sociais.

O CDES levou para outros estados o debate sobre a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento com a intenção de colher sugestões para o seu aperfeiçoamento. O documento já foi debatido no Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Sergipe e São Paulo. Agora os paraenses se juntam a essa frente.

O CDES defende que o Brasil continue avançando para uma economia verde e de baixas emissões de carbono. Os Estados da Amazônia têm condições de liderar o esforço mundial em direção a uma economia ambientalmente sustentável. O Pará é fundamental nesse sentido. O novo



ciclo de desenvolvimento pede iniciativas como a formação e a capacitação profissional, o apoio à micro e pequenas empresas, ao cooperativismo e ao extrativismo sustentável. Os conselheiros consideram necessário incorporar mais inovação à atual onda de investimentos e fortalecer a capacidade competitiva das empresas de bens e serviços domésticos. O crescimento do mercado interno, impulsionado pela “nova classe C” - formada pela migração de 31 milhões de pessoas para a nova classe média -, deve contribuir ainda mais para a retomada econômica.

A agenda do CDES já influencia medidas do governo federal, como o recente anúncio de mais de R\$ 500 milhões em recursos para apoiar projetos de equipamentos e serviços, além de redução de impostos para atividades relacionadas à pesquisa. No Brasil, o governo investe 0,59% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, enquanto o setor privado aplica 0,50%. No Japão e na Coreia do Sul, por exemplo, os empresários investem mais de 2% do PIB, enquanto o governo aplica menos de 1%.

A consolidação do CDES é um exemplo de como o governo federal se mostrou aberto ao diálogo com a sociedade. A iniciativa pioneira de criar o CDES, em 2003, foi a inspiração para a formação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Santarém (CDESS), que promove o diálogo entre a prefeitura de Santarém e os líderes locais para a formulação de políticas públicas. O sucesso das ações compartilhadas entre as esferas de Governo, os empresários e a sociedade civil vão determinar a nossa evolução social e econômica diante das oportunidades que se abrem nesse novo ciclo do desenvolvimento brasileiro.

IX Reunião Regional – São Paulo

Data: 19/08/2010

Horário: 15h às 18h

Local: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, São Paulo/SP

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 10 conselheiros, 1 ministro e 70 convidados

A reunião regional do CDES em São Paulo contou com a presença de representantes de entidades do segmento da indústria do estado. O presidente da FIESP e da CSN, Benjamin Steinbruch, definiu como “um ato de brasilidade” a sua experiência no Conselho.

O conselheiro José Lopez Feijóo destacou dentre as diretrizes para o novo ciclo de desenvolvimento, as políticas sociais enquanto instrumento de distribuição da renda oriunda do desenvolvimento, a reforma política como condição de continuar o processo de consolidação da democracia e a educação e a inovação como fundamentais para a transição para a sociedade do conhecimento. O conselheiro Paulo Godoy afirmou que em relação à infraestrutura, o desafio é o governo criar condições para estimular o patamar de investimentos para 25% do PIB.

Ao reafirmar o destaque para a educação, o Ministro Alexandre Padilha aponta a importância do caráter econômico e social do investimento. “É um investimento social porque promove cidadania e inclusão social. Também é econômico porque forma profissionais melhores.”

Por fim, foi aprovada a recomendação de que a FIESP irá aos candidatos ao governo do Estado a criação de um conselho nos moldes do CDES.



X Reunião Regional – Ribeirão Preto

Data: 20/08/2010

Horário: 09h às 12h

Local: Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto – ACIRP, Ribeirão Preto/SP

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 1 conselheiro, 1 ministro e 120 convidados

A reunião regional de Ribeirão Preto reuniu mais de 200 pessoas e foi coordenada por José Carlos Carvalho, presidente da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão.

Preto – ACIRP. Carvalho chamou atenção para o problema do apagão na educação e a necessidade imperiosa de se investir em conhecimento para assegurar o desenvolvimento do país na próxima década. A prefeita de Ribeirão Preto, Dárci Veras, informou que a prefeitura tem desenvolvido diversas obras em parceria com o Governo Federal no âmbito do PAC-1, e está em fase de finalização dos projetos para a proposta do PAC-2.

O Ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, destacou que o País caminha para uma agricultura robusta e ambientalmente sustentável e ressaltou que não se faz democracia sem movimentos sociais e sem criar canais permanentes de diálogo entre governo e sociedade. O Ministro Padilha lembrou que pela primeira vez o CDES realça a agricultura como um eixo estratégico para o desenvolvimento do Brasil.

O PESO DA EDUCAÇÃO

Alexandre Padilha⁵⁷ e Paulo Godoy⁵⁸

Estado que tem no dinamismo sua marca registrada, São Paulo poderá ter seu crescimento limitado pelo teto da infraestrutura. É imperativo criar condições para melhorar os investimentos, o crédito e os financiamentos de longo prazo para serviços e obras de grande porte. O Brasil aplicou na infraestrutura cerca de R\$ 58 bilhões em 2003. Conseguimos duplicar esses investimentos, atingindo R\$ 121 bilhões em 2009. Reconhecidos os esforços, é preciso enfrentar os desafios que emergem depois de oito anos de governo do presidente Lula. A taxa de investimento público federal deverá fechar o ano em 3,3% do PIB, alcançando 4% do PIB em 2015. É a melhor marca desde 1994, mas ainda insuficiente para sustentar o desenvolvimento brasileiro. É necessário ampliar o financiamento de longo prazo, que representa 20% de todo o crédito concedido no País.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES), órgão consultivo composto por 90 lideranças da sociedade civil, promoveu em agosto um encontro na Fiesp para apresentar aos paulistanos a “Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento”. Discutimos os pontos considerados essenciais para que o Brasil prossiga o seu caminho em direção ao crescimento com inclusão social. O papel da infraestrutura é um deles.

Com a entrada dos recursos para a exploração do petróleo da camada do pré-sal, é possível prever que devemos chegar à marca dos R\$ 160 bilhões de

⁵⁷ Ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República.

⁵⁸ Conselheiro do CDES e Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB).



aportes na infraestrutura em 2014. Desse total, R\$ 75 bilhões serão voltados para a área de petróleo e gás, o setor que continuará sendo o carro-chefe do investimento no Brasil. Haverá reflexos em toda a cadeia de serviços. É um desafio e tanto transformar a nossa indústria num *player* mundial nesse segmento.

No Brasil, o governo investe 0,59% do PIB em pesquisa e desenvolvimento (P&D), enquanto o setor privado aplica 0,50%. No Japão e na Coreia do Sul, por exemplo, os empresários investem o equivalente a mais de 2% do PIB, enquanto o governo aplica menos de 1%. Precisamos elevar os investimentos em P&D a um novo patamar. O CDES mantém um grupo de trabalho de infraestrutura para buscar mecanismos e alternativas ao financiamento de longo prazo. Devemos destacar a importância do BNDES. Instituições de fomento atuam para permitir a queda dos juros e fortalecer o mercado de capitais e o financiamento de longo prazo.

Não à toa, a infraestrutura liderou os desembolsos do BNDES entre janeiro e junho de 2010, com R\$ 28,3 bilhões (40% do total liberado). É investimento altamente saudável para a economia, capaz de gerar empregos, estimular inovação tecnológica e ampliar as exportações e o bem estar social. O CDES levou para outros estados esse debate, com a intenção de colher sugestões para o seu aperfeiçoamento. Agora os paulistas se juntam a essa frente. O sucesso das ações compartilhadas determinará a nossa evolução social e econômica diante das novas oportunidades.

XI Reunião Regional – Salvador

Data: 27/08/2010

Horário: 09h às 12h

Local: Associação Comercial da Bahia, Salvador/BA

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 2 conselheiros, 1 ministro, governador do Estado e 91 convidados

A reunião ampliada regional de Salvador (11ª) ocorreu na Associação Comercial da Bahia, reunindo cerca de 120 pessoas entre representantes do governo, da academia, do empresariado, dos trabalhadores, de ONGs, movimentos sociais e outros segmentos da sociedade civil organizada para apresentação e debate da Agenda Nacional para o Novo Ciclo de Desenvolvimento e o Pensar Bahia 2023, Planejamento Estratégico da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia.

A mesa de abertura contou com as presenças das seguintes autoridades: Jaques Wagner (Governador do Estado da Bahia); Alexandre Padilha (Ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República); Emilson Piau (Secretário de Relações Institucionais do Estado da Bahia); Antônio Alberto Valença (Secretário de Planejamento do Estado da Bahia); Vicente Mattos (Conselheiro do CDES e do CODES - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia); José Mascarenhas (presidente da FIEB); e Dora Leal Rosa (Reitora da Universidade Federal da Bahia). A sessão foi aberta pelo Ministro Alexandre Padilha e pelo governador Jaques Wagner, que ressaltou a importância do trabalho da ANC para a consolidação da democracia brasileira.



O Ministro Padilha destacou a importância de eventos regionais para discussão da estratégia de desenvolvimento que a sociedade brasileira almeja. O governador apontou a desigualdade social como o maior obstáculo ao desenvolvimento do País e do estado da Bahia. O Secretário de Relações Institucionais Emilson Piau lembrou que o encontro também tem o objetivo de subsidiar a Agenda Baiana de Desenvolvimento.

Os conselheiros Vicente Mattos e Nair Goulart fizeram uma breve exposição dos pontos principais da ANC e destacaram os dissensos no processo de construção da ANC, como a redução da jornada de trabalho e da tributação sobre a folha de pagamento das empresas.

EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA SUSTENTAR O NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO*

Alexandre Padilha⁵⁹ e Vicente Mattos⁶⁰

Berço da cultura nacional, a Bahia vive atualmente um ótimo momento na sua história. Riquíssimo em oportunidades em virtude de seus recursos e de sua posição estratégica no cenário nacional, o estado transformou-se num poderoso pólo de atração de investimentos públicos e privados em setores tão complexos como diversos: indústria, comércio, agropecuária, construção civil, tecnologia e infraestrutura logística. O Produto Interno Bruto da Bahia cresce em índices superiores à média de expansão da economia nacional. O estado, que no passado exportava trabalhadores, passou a atrair mão de obra de várias regiões.

* Artigo publicado em www.cdes.gov.br

⁵⁹ Ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.

⁶⁰ Conselheiro do CDES, Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB e Diretor de Relações Institucionais do SINDUSCON/Ba.

A Bahia será, certamente, uma das líderes dessa nova era de prosperidade que se desenha no País. Depois de conquistada a estabilidade econômica, o País teve consideráveis avanços no combate à pobreza. Desde 2003, mais de 30 milhões de pessoas ascenderam à classe média, que hoje representa 50% da população. Agora é hora de refletir sobre novas etapas de evolução econômica e social do Brasil, que se iniciam depois do descolamento da crise econômica internacional.

As oportunidades são muitas, mas também inúmeros são os desafios. Para responder às demandas dessa nova realidade, a Bahia necessitará de mais investimentos em educação e em inovação tecnológica. Essa é uma das principais bandeiras defendidas pelos 90 líderes que compõem o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES), órgão consultivo da Presidência da República formado por 90 empresários, trabalhadores, acadêmicos e representantes de organizações sociais.

O CDES lançou em junho a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, que traz as principais diretrizes a serem seguidas para o Brasil prosseguir o seu caminho em direção ao desenvolvimento com inclusão social. São nove os eixos considerados prioritários: 1) os novos horizontes da educação; 2) os desafios do Estado democrático e indutor do desenvolvimento; 3) a transição para a economia do conhecimento; 4) o trabalho decente e inclusão produtiva; 5) o padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento; 6) o potencial da agricultura; 7) o papel das infraestruturas: transportes, energia, comunicação, água e saneamento; 8) a sustentabilidade; 9) a consolidação e ampliação das políticas sociais.

A educação é considerada como prioridade absoluta para os conselheiros. O Brasil só manterá o atual ritmo de crescimento econômico e de inclusão se



houver um compromisso permanente com o ensino de qualidade. No caso da Bahia, ações de promoção da educação, em todos os níveis, e em especial a profissional, serão vitais para que o estado possa aproveitar as oportunidades que surgirão. O estado será indutor do processo de desenvolvimento nacional na medida em quem for capaz de responder à demanda pela mão de obra especializada, valorizando e formando professores e engenheiros. É preciso investir na qualificação profissional e na educação para o mundo do trabalho.

Os conselheiros consideram necessário incorporar mais inovação à atual onda de investimentos e fortalecer a capacidade competitiva das empresas baianas. Depois de proposta a agenda do CDES, o governo federal anunciou mais de R\$ 500 milhões em recursos para apoiar projetos de equipamentos e serviços, além de redução de impostos para atividades relacionadas à pesquisa. No Brasil, o governo investe 0,59% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, enquanto o setor privado aplica 0,50%. No Japão e na Coreia do Sul, por exemplo, os empresários investem mais de 2% do PIB, enquanto o governo aplica menos de 1%. É necessário elevar os investimentos em pesquisa a um novo patamar.

Os conselheiros debateram a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento em 13 cidades. Os baianos não poderiam ficar de fora desse movimento. No dia 27 de agosto, o CDES organizou um debate em Salvador, realizado em parceria com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia (CODES). A experiência do CODES, inspirada no nosso Conselho federal, mostra como é importante compartilhar com a sociedade civil as ideias que podem melhorar a vida dos brasileiros.

Esta Agenda é um documento aberto e em permanente processo de aperfeiçoamento, daí a importância de buscarmos contribuições em todas

as regiões do País. Com a parceria entre sociedade e poder público, a Bahia tem todas as condições de vencer os desafios e aproveitar o bom momento do Brasil para levar mais desenvolvimento e qualidade de vida aos seus cidadãos.

XII Reunião Regional - Florianópolis

Data: 03/09/2010

Horário: 14h às 17h

Local: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC, Florianópolis/SC

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 3 conselheiros, 1 ministro e 50 convidados

A reunião regional de Florianópolis foi a 12ª, tendo como objetivo ampliar o debate em torno da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento. O evento foi realizado em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC.

O Ministro Alexandre Padilha falou da experiência de construção da ANC, que teve início com os debates sobre a crise econômica mundial de 2008 e que é uma proposta de agenda pós-crise. Alexandre Padilha ressaltou ainda a necessidade de se identificar os gargalos para o investimento, informando que foram publicados editais para as federações da indústria ampliarem, criarem ou fortalecerem seus centros de inovação tecnológica, sendo os recursos captados para inovação estão isentos de impostos.

A conselheira Sônia Hess destacou o papel do CDES de construir novas estratégias de desenvolvimento para levar ao presidente por meio da ANC.



Na avaliação da conselheira, a grande demanda de Santa Catarina é por infraestrutura, caso da BR-470, tão importante para a exportação, que está sofrendo com uma demora muito grande para sua duplicação. Lembrou que é preciso investir em aeroportos e retomar os planos do setor ferroviário. No setor industrial, ressaltou que a indústria têxtil emprega muito, mas falta financiamento para importar máquinas.

O presidente da FIESC, Alcântaro Corrêa, disse que a produtividade é fundamental, mas requer investimentos em inovação e afirmou que a Federação deve ser o grande parceiro porque tem capilaridade para levar os recursos para as empresas.

EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA SUSTENTAR O NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO*

Alexandre Padilha⁶¹ e Sônia Regina Hess de Souza⁶²

Santa Catarina tornou-se referência nacional por oferecer aos seus cidadãos alta qualidade de vida e um dos melhores índices de equidade social. As oportunidades geradas nos últimos tempos fizeram com que a economia catarinense superasse a fase mais delicada da crise econômica internacional. O estado, marcado pela pujante participação das pequenas empresas, fortaleceu sua capacidade de atração de investimentos públicos e privados em setores tradicionais, como a mineração e a indústria, e em áreas bem diversas, como serviços, logística, comércio exterior e turismo. E as transformações estão apenas começando.

Depois de conquistada a estabilidade econômica, o País teve consideráveis

* Artigo publicado em www.cdes.gov.br

⁶¹ Ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.

⁶² Conselheiro do CDES e Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

avanços no combate à pobreza. Desde 2003, mais de 30 milhões de pessoas ascenderam à classe média, que hoje representa 70% da população. São brasileiros que melhoraram de vida e que hoje fortalecem cada vez mais o mercado consumidor interno. Agora é hora de refletir sobre a nova etapa de evolução econômica e social do Brasil.

As oportunidades para os catarinenses são muitas, mas também inúmeros são os desafios. Para responder às demandas dessa nova realidade, Santa Catarina necessitará de mais investimentos em educação, em qualificação profissional e em inovação tecnológica. Essa é uma das principais bandeiras defendidas pelos 90 líderes que compõem o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES), órgão consultivo da Presidência da República formado por 90 empresários, trabalhadores, acadêmicos e representantes de organizações sociais.

O CDES lançou em junho a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, que traz as principais diretrizes a serem seguidas para o Brasil prosseguir o seu caminho em direção ao desenvolvimento com inclusão social. São nove os eixos considerados prioritários: 1) os novos horizontes da educação; 2) os desafios do Estado democrático e indutor do desenvolvimento; 3) a transição para a economia do conhecimento; 4) o trabalho decente e inclusão produtiva; 5) o padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento; 6) o potencial da agricultura; 7) o papel da infraestrutura (transportes, energia, comunicação, água e saneamento); 8) a sustentabilidade; 9) a consolidação e ampliação das políticas sociais.

A educação é considerada, pelos conselheiros, prioridade absoluta. O Brasil só manterá o atual ritmo de crescimento econômico e inclusão se houver um compromisso permanente com o ensino de qualidade. No caso de Santa Catarina, a educação em todos os níveis, e em especial a profissional,



será vital para que o Estado possa aproveitar as oportunidades que surgirão. Entre elas, o fornecimento de equipamentos e serviços para a exploração do petróleo da camada pré-sal. Os portos de São Francisco do Sul, Itajaí e Imbituba poderão colher os frutos da retomada da indústria naval e portuária, respondendo às novas demandas geradas pelo crescimento econômico e pela exportação de maior valor agregado.

O Estado será indutor do processo de desenvolvimento nacional na medida em quem for capaz de ajudar a responder às necessidades da mão de obra especializada, valorizando e formando professores e engenheiros. É preciso investir na qualificação profissional e na educação para o mundo do trabalho.

Os conselheiros consideram necessário incorporar mais inovação à atual onda de investimentos e fortalecer a capacidade competitiva das empresas catarinenses. Depois de proposta a agenda do CDES, o governo federal anunciou mais de R\$ 500 milhões em recursos para apoiar projetos de equipamentos e serviços, além de redução de impostos para atividades relacionadas à pesquisa. No Brasil, o governo investe 0,59% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, enquanto o setor privado aplica 0,50%. No Japão e na Coreia do Sul, por exemplo, os empresários investem mais de 2% do PIB, enquanto o governo aplica menos de 1%. É necessário elevar os investimentos em pesquisa a um novo patamar.

Os conselheiros debateram a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento em 13 cidades. Os catarinenses não poderiam ficar de fora desse movimento. No dia 3 de setembro, o CDES organizou um debate em Florianópolis, realizado em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC).

Esta Agenda é um documento aberto e em permanente processo de aperfeiçoamento, daí a importância de buscarmos contribuições em todas

as regiões do País. Com a parceria entre sociedade e poder público, Santa Catarina tem todas as condições de vencer os desafios e aproveitar o bom momento do Brasil para levar mais desenvolvimento e qualidade de vida aos seus cidadãos.

XIII Reunião Regional – Belo Horizonte

Data: 08/09/2010

Horário: 09h às 13h

Local: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG, Belo Horizonte/MG

Tema: Disseminação e debate regional da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Presenças: 3 conselheiros, 1 ministro e 28 convidados

A 13ª reunião regional do CDES para debater a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento ocorreu em Belo Horizonte/MG em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). O Ministro da Secretaria de Relações Institucionais e Secretário-Executivo do CDES, Alexandre Padilha, coordenou o encontro em conjunto com o conselheiro e presidente da FIEMG, Olavo Machado Júnior. O ministro Padilha destacou que grande parte das sugestões que o CDES propôs ao País desde 2003 foi incorporada pelo governo federal em políticas públicas. Segundo ele, a necessidade de realizar investimentos em educação é consenso entre os conselheiros para o Brasil enfrentar a nova etapa de desenvolvimento após a fase mais crítica da crise econômica internacional. O conselheiro Olavo Machado Júnior salientou que os empresários mineiros estão alinhados com as diretrizes apontadas pelo CDES, especialmente em relação à inovação



tecnológica e à educação profissional. A Agenda foi debatida em Minas pelos conselheiros do CDES Artur Henrique, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e Paulo Simão, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO: EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA*

Alexandre Padilha⁶³ e Paulo Safady Simão⁶⁴

Depois de conquistada a estabilidade econômica, o País teve consideráveis avanços no combate à pobreza. Desde 2003, mais de 30 milhões de pessoas ascenderam à classe média, que hoje representa 70% da população. São brasileiros que melhoraram de vida e que hoje fortalecem cada vez mais o mercado consumido interno. Agora é hora de refletir sobre a nova etapa de evolução econômica e social do Brasil, que se inicia depois de superada a fase mais delicada da crise econômica internacional.

As oportunidades para os mineiros são muitas, mas também inúmeros são os desafios. Para responder às demandas dessa nova realidade, Minas necessitará de mais investimentos em educação e em inovação tecnológica. Essa é uma das principais bandeiras defendidas pelos 90 líderes que compõem o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES), órgão consultivo da Presidência da República formado por 90 empresários, trabalhadores, acadêmicos e representantes de organizações sociais.

* Publicado em www.cdes.gov.br

⁶³ Ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.

⁶⁴ Conselheiro do CDES e Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

O CDES lançou em junho a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, que traz as principais diretrizes a serem seguidas para o Brasil prosseguir o seu caminho em direção ao desenvolvimento com inclusão social. São nove os eixos considerados prioritários: 1) os novos horizontes da educação; 2) os desafios do Estado democrático e indutor do desenvolvimento; 3) a transição para a economia do conhecimento; 4) o trabalho decente e inclusão produtiva; 5) o padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento; 6) o potencial da agricultura; 7) o papel da infraestrutura (transportes, energia, comunicação, água e saneamento); 8) a sustentabilidade; 9) a consolidação e ampliação das políticas sociais.

A educação é considerada pelos conselheiros como prioridade absoluta. O Brasil só manterá o atual ritmo de crescimento econômico e inclusão se houver um compromisso permanente com o ensino de qualidade. No caso de Minas, a educação em todos os níveis, e em especial a profissional, será vital para que o Estado possa aproveitar as oportunidades que surgirão. Entre elas, o fornecimento de equipamentos e serviços para a exploração do petróleo da camada pré-sal. O Estado será indutor do processo de desenvolvimento nacional na medida em que for capaz de ajudar a responder à demanda pela mão de obra especializada, valorizando e formando professores e engenheiros. É preciso investir na qualificação profissional e na educação para o mundo do trabalho.

Os conselheiros consideram necessário incorporar mais inovação à atual onda de investimentos e fortalecer a capacidade competitiva das empresas mineiras. Depois de proposta a agenda do CDES, o governo federal anunciou mais de R\$ 500 milhões em recursos para apoiar projetos de equipamentos e serviços, além de redução de impostos para atividades relacionadas à pesquisa. No Brasil, o governo investe 0,59% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, enquanto o setor privado



aplica 0,50%. No Japão e na Coreia do Sul, por exemplo, os empresários investem mais de 2% do PIB, enquanto o governo aplica menos de 1%. É necessário elevar os investimentos em pesquisa a um novo patamar.

Os conselheiros debateram a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento em 13 cidades. Os mineiros não poderiam ficar de fora desse movimento. No dia oito de setembro, o CDES organizou um debate em Belo Horizonte, realizado em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG).

Esta Agenda é um documento aberto e em permanente processo de aperfeiçoamento, daí a importância de buscarmos contribuições em todas as regiões do País. Com a parceria entre sociedade e poder público, Minas tem todas as condições de vencer os desafios e aproveitar o bom momento do Brasil para levar mais desenvolvimento e qualidade de vida aos seus cidadãos.



Secretaria de
Assuntos Estratégicos

